



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 042

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 042

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Indicações 03

Recursos 06

Requerimentos 06

Projeto de Resolução 13

Projetos de Lei 18

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 19

Dep. Antonio Belinati 20

Dep. Plauto Miró 22

Dep. Elio Rusch 22

Dep. Rosane Ferreira 23

Dep. Valdir Rossoni 24

Grande Expediente:

Dep. Luiz Eduardo Cheida 25

Dep. Ney Leprevost 28

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 24

Liderança do Democratas

Dep. Elio Rusch 30

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 31

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

2ª Discussão 35

1ª Discussão 37

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão: 43

Publicações:

Indicações Legislativas 44

Comissão Executiva

Atos 49

Diretoria Geral

Portarias 51

DIÁRIO Nº 042

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 MAIO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins e Teruo Kato (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 543/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Itambaracá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 544/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Cornélio Procopio.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 545/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campo Magro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 546/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Pontal do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 547/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Porto Amazonas.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 548/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de São Mateus do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 549/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Dr. Ulisses.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Dr. Ulisses.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 550/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Cornélio Procopio.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 551/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Sengés.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Sengés.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 552/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Santa Tereza do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 553/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e o Sr. Ricardo Gomyde, Diretor-Presidente da Paraná Esporte, estudos de viabilidade para implantação de uma quadra poliesportiva integrada com academia da terceira idade no Município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Paraná Esporte, estudos de viabilidade para implantação de uma quadra poliesportiva integrada com academia da terceira idade no Jardim Universitários, Município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Herley Kleber Dantas de Oliveira, da Câmara Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação desta quadra integrada com academia de terceira idade é reivindicação constante da sociedade do bairro Jardim Universitário.

Acredito que quando investimos em esportes estamos investindo em saúde preventiva. A implantação desta quadra e academia terá muita importância à comunidade deste Município e principalmente aos idosos. Dessa forma conto com o apoio de meus pares para que seja aprovada a presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 554/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Secretário de Saúde Gilberto Berguio Martin, solicitando estudos de viabilidade para a implantação de uma unidade de saúde no Município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Saúde Gilberto Berguio Martin, solicitando estudos de viabilidade para a implantação de uma unidade de saúde no Município de Goioerê, no bairro Vila Nossa Sra. das Candeias.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Herley Kleber Dantas de Oliveira, da Câmara Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O posto de saúde existente neste bairro encontra-se em situação precária e já não é capaz de atender os milhares de usuários do sistema de saúde.

Desta forma, necessário se faz a implantação de um novo posto de saúde no bairro Vila Nossa Sra. das Candeias para prestar um atendimento eficaz e com qualidade aos moradores do Município de Goioerê.

INDICAÇÃO Nº 555/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Secretário de Saúde Gilberto Berguio Martin, solicitando estudos de viabilidade para execução de reforma do posto de saúde do Jardim Universitário, no Município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Saúde Gilberto Berguio Martin, solicitando estudos de viabilidade para para execução de reforma do posto de saúde do Jardim Universitário, no Município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Herley Kleber Dantas de Oliveira, da Câmara Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O posto de saúde existente neste bairro encontra-se em situação precária e já não é capaz de atender os milhares de usuários do sistema de saúde.

Desta forma, necessário se faz a do posto de saúde do Jardim Universitário para prestar um atendimento eficaz e com qualidade aos moradores do Município de Goioerê.

INDICAÇÃO Nº 556/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica do bairro Jardim Universitário, no Município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica do bairro Jardim Universitário, no Município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Herley Kleber Dantas de Oliveira, da Câmara Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um anseio antigo dos moradores desta bairro a pavimentação asfáltica das ruas. Algumas ruas encontram-se intransitáveis, e nos períodos de chuva a situação fica ainda pior. Portanto, esta obra trará inúmeros benefícios e prosperidade a todos os moradores do bairro.

Recursos

RECURSO DE PLENÁRIO CONTRA A DECISÃO PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 423/08

Recorrente: Deputado Luiz Fernandes Litro (Autor do Projeto).

Com base no artigo 33, “a” do Regimento Interno desta Casa de Leis interpomos o presente recurso pelas seguintes razões:

I - Pelo Deferimento do Recurso:

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer ao projeto de lei em análise na data de 24/03/09, opinando pela rejeição do projeto em tela.

O citado parecer ainda não foi publicado no Diário da Assembleia, acarretando a não prescrição do prazo legal, já que o mesmo inicia como dita o Regimento Interno com a publicação do parecer. Sendo o presente recurso tempestivo.

II - Pelas Razões do Recurso:

Através do presente meio requeremos o não acatamento da decisão do colegiado, pelas seguintes razões:

A matéria contida no projeto de lei em análise e meramente autorizatória.

Outrossim, o projeto de lei de nossa autoria é de relevante interesse público, já que prioriza o direito da criança e do adolescente, valores de extrema importância para a sociedade e para a economia paranaense.

Ressaltamos, ainda, que a nossa proposição está em consonância com a Lei nº 13393, de 21/12/02. Esta lei é de cunho autorizatório criando o Núcleo Regional da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, com sede na Cidade de Dois Vizinhos e jurisdicionado pelos Municípios que especifica. Tal dispositivo legal abre precedente para o pedido em questão, ou seja que seja revista a decisão da Colenda Casa de Leis.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente recurso.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

RECURSO DE PLENÁRIO CONTRA A DECISÃO PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 424/08

Recorrente: Deputado Luiz Fernandes Litro (Autor do Projeto).

Com base no artigo 33, “a” do Regimento Interno desta Casa de Leis interpomos o presente recurso pelas seguintes razões:

I - Pelo Deferimento do Recurso:

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer ao projeto de lei em análise na data de 24/03/09, opinando pela rejeição do projeto em tela.

O citado parecer ainda não foi publicado no Diário da Assembleia, acarretando a não prescrição do prazo legal, já que o mesmo inicia como dita o Regimento Interno com a publicação do parecer. Sendo o presente recurso tempestivo.

II - Pelas Razões do Recurso:

Através do presente meio requeremos o não acatamento da decisão do colegiado, pelas seguintes razões:

A matéria contida no projeto de lei em análise e meramente autorizatória.

Outrossim, o projeto de lei de nossa autoria é de relevante interesse público, já que prioriza a saúde, valores de extrema importância para a sociedade e para a economia paranaense.

Ressaltamos, ainda, que a nossa proposição está em consonância com a Lei nº 13393, de 21/12/02. Esta lei é de cunho autorizatório criando o Núcleo Regional da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, com sede na Cidade de Dois Vizinhos e jurisdicionado pelos Municípios que especifica. Tal dispositivo legal abre precedente para o pedido em questão, ou seja, que seja revista a decisão da Colenda Casa de Leis.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente recurso.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o adiantamento por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 118/09 de autoria do Deputado Jocelito Canto que denomina o novo Aeroporto Internacional dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após aprovação no douto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, no dia 07/05/09, para apresentação do Relatório Anual de 2008, do Hospital Erasto Gaertner.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Nesta ocasião estaremos recebendo o Superintendente do Hospital Erasto Gaertner, Dr. Flávio Tomasich, que fará apresentação do Relatório Anual de 2008, do Hospital Erasto Gaertner.

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 82 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do Dia 07/05/09, pela Sra. Jucimeri Isolda Silveira assistente social da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP.

A Sra. Jucimeri Isolda Silveira, membro governamental do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS fará importante pronunciamento sobre as políticas de assistência social com o objetivo de subsidiar o legislativo para as discussões da Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 11 de maio referente ao tema “implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS” no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

Solicitamos o uso do Plenário da Assembleia Legislativa para a realização da Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Habitação - Minha Casa Minha Vida, no dia 18/05/09, às 9h.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja arquivado o Projeto de Lei nº 161/09. Cria o Projeto Cultura para Todos - sistema de adoção de bibliotecas e Equipamentos Culturais por empresas com responsabilidade social, haja vista o mesmo já ser Lei nº 14437.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Sr. Mauro Giacomo Formighieri Bernoldi, ocorrido no último dia 24 nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 51 anos de idade, faleceu no último dia 24 nesta Capital, o empresário Sr. Mauro Giacomo Formighieri Bernoldi. Deixou viúva a Sra. Lorena Silvério Bernoldi, deixou ainda o filho Enrique Bernoldi e uma neta Maria Luisa Bernoldi. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bernoldi endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alexandre Siebert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Edilene Bail, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Helena Teixeira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Alvaro Baratela, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luciana Stella Gomes Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Norival Galvão, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Rodrigo Kunz, ocorrido no dia 28/04/09, no Município de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada de seu pai, o Dr. Reno Paulo Kunz.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte é inaceitável em qualquer circunstância, principalmente se estiver envolvida uma pessoa de apenas vinte e cinco anos, como foi o caso do responsável pelo Departamento de Compras do Centro de Oncologia Cascavel (CEONC), Rodrigo Kunz.

Toda comunidade ficou consternada pelo precoce falecimento e também pelas circunstâncias como ele ocorreu. Rodrigo era um jovem bem relacionado e que tinha na família o alicerce para consubstanciar sua vida.

Desde cedo, ele deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte. Apesar de jovem, vinha se destacando por sua atuação na instituição. Tinha um futuro brilhante.

Homem bem quisto, na sua passagem por este mundo soube cativar amizades e simpatia. Cascavel perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se uma lacuna na vida social do Município.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo, que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

As nossas sinceras condolências.

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Miguel Belmonte, ocorrido no dia 24/04/09, Município de Pato Branco/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Rosenilda Belmonte.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e ao próximo. Dr. Miguel fez história, pois jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte. Na prática, um exemplo de vida a ser seguido pelas atuais e futuras gerações.

Dr. Miguel Belmonte foi um dos mais antigos profissionais de Medicina em exercício em Pato Branco, prestando seus serviços em cirurgia geral e clínica desde 1958. Foi um dos sócios-fundadores do Hospital Policlínica, e também chefiou a 7ª Regional de Saúde entre 1982 e 1984. Em 2003, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde.

Homem trabalhador, ficava até tarde no consultório, mesmo depois das cirurgias, pois para ele, as coisas deviam ser resolvidas na hora, na medida em que elas apareciam. Soube em vida deixar uma grande marca de honestidade e caráter.

Casado com a Sra. Rosenilda Belmonte, juntos construíram uma história e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Seus seis filhos, 15 netos e três bisnetos, assim como seus familiares e amigos, com certeza, sentirão a sua ausência. Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares, rogando a Deus que conforte e ampare a todos.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Otávio Augusto Leite, ocorrido em 20 de abril do corrente na Cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santa Cruz de Monte Castelo vive dias de tristeza em virtude do acidente ocorrido dia 20 de abril passado e que vitimou o acadêmico de medicina Otávio Augusto Leite.

O rapaz tinha apenas 22 anos de idade e a sua morte causou enorme consternação entre todos os que o conheciam. Era possuidor de vasto círculo de amizades pelo seu temperamento simples, alegre e comunicativo.

Era filho de dona Valéria Mendonça e do Vereador Otávio Lisboa Leite.

Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada, através de ofício a ser enviado pela Mesa Diretora desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1997

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Marlene Marchezini Stival, ocorrido em 1º de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Cumpro com pesar, o mister de comunicar ao douto Plenário desta Assembleia Legislativa paranaense, o falecimento da Sra. Rosa Marlene Marchezini Stival, ocorrido no dia 1º de maio próximo passado. A pranteada era esposa do Vereador Osvaldo Stival, da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré e mãe de Rebecca, Saray e Séphora.

Pleiteio ao douto Plenário desta Casa, a aprovação desta manifestação de pesar para registro nos Anais deste Poder, como demonstração do nosso apreço e reconhecimento às famílias Marchezini e Stival, esteios de progresso e respeito dentro da nossa região metropolitana.

Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 1999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Claudir Donizete Crivelaro “Tuti”, no último dia 29 de abril em Jardim Alegre, com 40 anos de idade.

Era empresário no ramo de supermercado em Jardim Alegre, e era casado com a Sra. Viviane Pavan Crivelaro e tinha dois filhos: João Pedro e Maria Eduarda.

Claudir foi Vereador em Santa Fé de 1989 a 1992 e durante a sua gestão tomou a iniciativa de protocolar no Tribunal de Justiça o pedido da criação da Comarca de Santa Fé em 1991, cuja comarca foi criada pelo TJ este ano.

À família enlutada expressamos os mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 2014

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Shiro Ogitsu, empresário aposentado com 90 anos de idade, no último dia 13 de março, na Cidade de Curitiba.

Shiro Ogitsu, deixa viúva a Sra. Setsuko Ogitsu, do lar e 04 (quatro) filhos; Sr. Masahiro Ogitsu, Sra. Kyoko Ogitsu, Dr. Yukihiro Ogitsu e Sra. Heni Ogitsu. Deixa ainda 07 (sete) netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 2015

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Tetsu Sugimachi, aposentada, com 98 anos de idade, no último dia 29 de abril, em Curitiba.

Tetsu Sugimachi era filha do Sr. Mankichi Koike e da Sra. Yoshi Koike, e era viúva do Sr. Takeru Sugimati, aposentado. Deixa 07 (sete) filhos; Yamako Taki, Takeyoshi Sugimati, Teruko Sugimati, Seiko Yamane, Keiiti Sugimati, Goro Sugimati e Aurélio Sotoyuki Sugimati. Deixa ainda genros, noras, 31 (trinta e um) netos, 44 (quarenta e quatro) bisnetos e 02 (dois) tataranetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 2020

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Heidemann pelo falecimento do Sr. Nelson Luiz Heidemann, ocorrido no dia 02/05/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a esposa Sra. Lourdes Londregue Heidemann.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 2021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Pavin pelo falecimento do Sr. Mario Laertes Pavin, ocorrido no dia 01/05/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a esposa Sra. Sueli Regina Gasparin Pavin.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 2009

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Sra. Dolores Kaparroz Ribeiro, bem como a expedição de diploma de honra ao mérito, à integrante da primeira diretoria que fundou o Lar Escola da Criança de Maringá.

A Sra. Dolores Ribeiro é voluntária e colaboradora do Lar dos Velhinhos de Maringá há 35 anos.

Trata-se de pessoa que personifica o voluntariado no Município de Maringá, representando a verdadeira ação social.

Trata-se de homenagem justa que esta Assembleia Legislativa faz à Dona Dolores, cujo trabalho honra Maringá.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2017

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, efusivas congratulações à Administração Pública de Serranópolis do Iguaçu pela exemplar organização do V Arrancadão de Jericos, cujo evento esportivo ocorreu de 1° a 3 de maio - último final de semana.

A cada novo evento verifica-se que o Arrancadão de Jericos vai ganhando mais pujança e qualidade organizacional. Graças a abnegação e a grande vontade de seus organizadores a festa vai alcançando sucesso maior - um acontecimento regional de grande expressão para milhares e milhares de visitantes.

Por isso, a nossa homenagem à Administração Pública de Serranópolis do Iguaçu e a comissão organizadora pela modelar organização e condução dessa festividade esportiva.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente solicita seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. José Arlindo Sehn, Prefeito Municipal local.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1958

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à equipe de implante coclear do Hospital IPO - Instituto Paranaense de Otorrinolaringologista, conforme abaixo relacionados:

- Doutor Rogério Hamerschmidt - responsável pela equipe de implante coclear do IPO e professor da UFPR;

- Doutor Marcos Mocelin - chefe e professor titular de otorrinolaringologista do HC - UFPR;

- Doutor João Luiz Garcia de Faria - Diretor Clínico do IPO;

- Fonoaudióloga Gislaine Wiemes - Chefe do Serviço de Fono do HC - UFPR e membro da equipe de implante do IPO;

- Fonoaudióloga Valéria Kutianski;

- Psicóloga Fernanda Pirih - faz o trabalho psicológico quando necessário para os pais e para as crianças.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O pequeno Guilherme Jacobucci, de 11 anos, nasceu com um problema na audição, e foi diagnosticado como surdo logo cedo. Foi feito um tratamento com aparelhos auditivos e reabilitação fonoaudiológica, mas o resultado foi muito ruim, e o Guilherme apresentava muita dificuldade para ouvir e conseqüentemente para falar.

Foi então que os pais extremamente dedicados encontraram o IPO - Instituto Paranaense de Otorrinolaringologia, na pessoa do Dr. Rogério Hamerschmidt, chefe da equipe de implante coclear do hospital, e souberam da possibilidade do filho ser submetido a essa cirurgia, também chamada de ouvido biônico, que consiste em colocar um eletrodo, um chip no nervo auditivo para estimulá-lo, e com isso fazer a criança ouvir. Após a cirurgia esse implante é ativado, ligado, depois de 30 dias, quando já está tudo cicatrizado, e imediatamente a criança começa a ouvir, e claro que necessita depois de muitas sessões de fonoterapia e reabilitação para ensiná-lo a falar, que vai acontecendo aos poucos. Por isso, quanto mais cedo for feita a cirurgia, melhor, pois a criança mais nova aprende a falar mais rápido e melhor. A cirurgia foi realizada no dia 10/03/09, e foi um sucesso, e hoje a criança encontra-se com o implante ativado, em terapia fonoaudiológica, mostrando ótima evolução.

Parabenizo a equipe médica pelo profissionalismo e excelente trabalho realizado, especialmente no êxito desta cirurgia, realizando tratamento atencioso e humanitário ao pequeno Guilherme.

REQUERIMENTO N° 1969

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Município de Morretes pela XXVI Festa Feira Agrícola e Artesanal.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Município de Morretes pela XXVI Festa Feira Agrícola e Artesanal, evento organizado pela Prefeitura, Câmara Municipal, artesãos e produtores rurais, que possibilita à população apreciar os

sabores da gastronomia da região, a beleza do seu artesanato e a variedade dos produtos agrícolas que ali são produzidos, com diversas atividades voltadas ao entretenimento, como shows, teatro e espaço cultural para as crianças, a festa é ao mesmo tempo um mercado de negócios e um divulgador da cultura local, que tornou-se tradição para os cidadãos de Morretes.

REQUERIMENTO N° 1970

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Azuki.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Azuki, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Benedito V. de Oliveira.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Benedito V. de Oliveira, chefe do serviço da Cabeça e do Pescoço do Hospital Erasto Gaertner, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater a câncer com humanismo, ciência e afeto.

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Construtora Baggio.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Construtora Baggio, fundada por Holier Baggio, que tem tradição, seriedade e ousadia

na arte de construir, referência no mercado imobiliário, atua na construção de casas e estabelecimentos comerciais personalizados, atuando com excelência operacional e rentabilidade, construindo com grande esmero empreendimentos que proporcionam qualidade de vida, com respeito ao consumidor, a sociedade e ao meio ambiente, demonstrando a sua responsabilidade como agente gerador de empregos e de qualidade de vida.

REQUERIMENTO N° 1973

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jamil Ibrahim Iskandar.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jamil Ibrahim Iskandar, professor de Filosofia, que passou a ser o primeiro a lecionar a cadeira de filosofia árabe medieval no Brasil, na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, o fato de ter sido professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná por 29 anos e feito doutorado na UNICAMP, capacitaram-no para ministrar esta matéria com sabedoria e conhecimento, expondo o pensamento dos filósofos e fazer uma série de traduções de livros de filosofia, fazendo uma justiça cultural e histórica com relação aos conceitos ocidentais.

REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de protesto ao totalitarismo de toda e qualquer forma, a discriminação racial e ao terrorismo; praticados pelo Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um ditador que adota práticas violentas, antissemitas, antidemocráticas e contra as liberdades civis, religiosas, étnicas, sexuais, políticas e culturais. Afinal, o Brasil é um País que avança rumo à consolidação da democracia e, em especial, no Paraná, as colônias árabes, israelita e demais crenças religiosas se relacionam de forma extremamente amistosa.

A disseminação do ódio entre os povos e dos preconceitos contra pessoas de toda e qualquer raça, ferem a Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e mesmo o bom senso. Portanto faz-se necessário que este documento seja enviado ao Itamaraty e chegue às mãos do citado Chefe de Estado iraniano, para que fique clara a postura de nosso País, dos paranaenses e mesmo dos descendentes de imigrantes árabes, como é o caso deste Parlamentar, contra todas as atividades belicistas e totalitárias do mesmo.

REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado expediente ao Secretário de Estado de Agricultura e do Abastecimento, Sr. Walter Bianchini, para que estude a viabilidade de fornecer via sua Secretaria um caminhão devidamente equipado para o núcleo dos suinocultores de Itaipulândia para transportes de dejetos de suínos.

O presente requerimento decorre de solicitação feita por lideranças políticas e da área de suinocultura local, visto que o único caminhão existente no Município para essa finalidade é insuficiente para atender a demanda.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após a oitiva do douto Plenário, a aprovação de requerimento, objetivando o envio de pedido ao DER/PR, para que este encaminhe para a Concessionária Viapar - Rodovias Integradas do Paraná S/A, que administra o trecho de rodovia entre Cascavel e Campo Mourão, para que se instale urgentemente equipamento de fiscalização eletrônica de velocidade (reductor eletrônico de velocidade).

A iniciativa é proposta ante a constatação de crescente número de acidentes no trecho entre as Cidades citadas, principalmente devido ao excesso de velocidade por parte dos usuários da rodovia. Por ser assim e ciente de que com a implementação da medida diversos acidentes e consequentemente vidas serão salvas é que se requer a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro e ao Sr. Rafael Greca de Macedo, Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, informações quanto aos repasses do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI e do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, juntando as cópias dos respectivos relatórios da arrecadação mensal, correspondente ao período de janeiro de 2003 a abril de 2009.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(aa) ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ, NEY LEPREVOST, OSMAR BERTOLDI E DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 2018

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e do Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem, acerca da destinação dos valores provenientes do pagamento de tarifas de pedágio implantado na ponte do Município de Guairá.

O pedágio implantado na referida ponte - que liga o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul - tinha o valor das tarifas revertidos à conservação diária da estrutura da ponte e de seus acessos, e não teve o contrato de concessão para exploração renovado (expirou em 14/06/05), pois o Governo à época considerava que o Estado do Paraná possuía recursos suficientes para dar continuidade às obras de manutenção.

Assim sendo, requer-se, respeitosamente, as seguintes informações:

1) À época da extinção do pedágio, qual o valor oriundo da cobrança das tarifas remanescentes nos cofres do Governo? Informar qual o destino dos saldos remanescentes.

2) Tais valores foram aplicados em obras? Sendo positiva a resposta, informar quais obras ou serviços estes valores foram utilizados.

3) No caso de ainda não terem sido utilizados, há previsão da destinação destes valores?

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2019

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e do Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem, acerca da construção do "contorno viário" que ligará a BR-272 à Ponte Ayrton Senna, na BR-163, localizada no Município de Guairá.

A construção do referido "contorno viário" tem uma grande importância para a região, especialmente para a Cidade de Guaíra, pois retira o fluxo de automóveis que utilizam a ponte com destino à BR-272 (que liga os Municípios de Guaíra e Umuarama), na medida em que fará ligação direta desta rodovia à ponte Ayrton Senna, na BR-163.

Dessa forma, requer-se, respeitosamente, as seguintes informações:

1) Já houve processo e licitação para a execução das obras?

2) Em caso positivo, informar se já foram iniciadas as obras de construção deste contorno?

3) Caso ainda não tenham sido iniciadas as obras, há previsão para o início da construção do contorno?

4) Qual a previsão para o término da construção do contorno e entrega das obras?

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição Federal, constante do anexo desta resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Por um movimento que bem pode denominar-se federalista, pretende-se dar efetividade ao princípio federativo. Seu primeiro passo não poderia ser outro senão o de interromper a concentração de poderes no plano federal, para que os Estados-membros da Federação não fiquem apenas com os poderes que remanescem depois da repartição deles entre a União e os Municípios. Pretende-se, com este projeto da resolução, ampliar os poderes dos Estados-membros, pois a Federação Brasileira tem tido como característica o fato de, a cada reforma constitucional, reduzir o âmbito de competência dos Estados. A bem dizer, na prática, a Federação Brasileira vai deixando de existir.

Ficam, assim, as populações dos Estados, inegavelmente condicionada ou à legislação federal ou à legislação municipal, em claro movimento político que se contrapõe ao princípio federativo, inscrito na Constituição Federal desde seu artigo 1º.

Cumprer retomar o caminho do autêntico federalismo, ameaçado a cada dia pelo crescente poder normativo da União e dos Municípios em detrimento dos Estados.

É esse o sentido do projeto de resolução ora apresentado, que propõe emenda à Constituição da República, visando a fazê-la retornar ao leito do federalismo instaurado desde a Constituição de 1891, mas que ainda não se implantou verdadeiramente, em que pese ao apreço que se lhe devota em todos os meios políticos, judiciais e acadêmicos.

O Brasil é o País da diversidade, a ponto de se dizer que são muitos os “Brasis”. É preciso que a Constituição Federal passe a refletir esse fato, que se põe à vista de todos e que exige legislação que se amolde às peculiaridades de cada Estado federado.

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição Federal:

Art. 1º O inciso I do artigo 22 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. - (...)

I - direito civil, comercial, penal, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho”.

Art. 2º Ficam revogados os incisos XI, XXIV, XXVII e XXIX do artigo 22 da Constituição Federal.

Art. 3º o artigo 24 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24. (...)

XI - direito processual;

XII - previdência social, assistência social e proteção e defesa da saúde;

(...)

XVII - licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas Diretas, Autárquicas e Fundacionais, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, III;

XVIII - propaganda comercial;

XIX - trânsito e transporte;

XX - direito agrário.”

(...)

§ 2º As normas gerais versam sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos.

§ 3º Compete aos Estados e ao Distrito Federal suplementar as normas gerais no que for de predominante interesse regional.

§ 4º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 5º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual ou distrital, no que lhe for contrário.”

Art. 4º O parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 220. (...)

§ 3º Compete à lei:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no artigo 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.”

Art. 5º Fica acrescentado ao artigo 61 o seguinte parágrafo 2º, passando o seu parágrafo 2º a vigorar como parágrafo 3º:

“Art. 61. (...)

§ 2º Mediante proposta da maioria dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, poderá ser apresentado projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, exceto quanto a criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública e quanto às matérias previstas no artigo 165”.

Art. 6º esta emenda à Constituição Federal entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição Federal resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas.

No concerto entre os entes federativos, verifica-se a premente necessidade de ampliação do campo de atuação institucional dos Estados, os quais se veem como que “comprimidos” entre a União e os Municípios. Pela nossa sistemática constitucional de repartição de competências, aos Estados compete legislar sobre tudo quando não lhes for expressamente vedado pela Lei Maior, enquadrando-se nessa interdição constitucional as matérias expressamente cometidas à União bem como os assuntos de interesse local, a cargo dos Municípios.

Objetiva-se, pois, proceder a alterações no texto constitucional, reduzindo-se o âmbito de competência privativa da União, de que trata o artigo 22, e, paralelamente, ampliando-se a competência estadual na vida da legislação concorrente. Assim, propõe-se a revogação dos incisos XI e XXIX do artigo 22, que se referem a trânsito e transporte e a propaganda comercial. Não há razão plausível a justificar que tais assuntos sejam disciplinados privativamente pela União, sobretudo se consideradas as disparidades regionais, de modo que se preconiza a possibilidade de os Estados tratarem dessas matérias na via da legislação concorrente, o que seria viabilizado mediante a alteração proposta. Ao deslocar a propaganda comercial para a competência concorrente, torna-se necessário ajustar a redação do artigo 220 da Constituição Federal.

O inciso XI do artigo 24 da Constituição da República já estabelece como competência concorrente os procedimentos em matéria processual, cabendo à União, pois,

fixar apenas normas gerais. Não obstante, deve-se reconhecer a dificuldade de distinguir as normas processuais daquelas que disciplinam os procedimentos. Assim, nada mais acertado que deixar o direito processual dentro da competência concorrente, de forma que a União estabeleça as normas gerais, permitindo aos Estados suplementar a legislação federal. Esta alteração permitirá aos Estados adotar medidas que ofereçam celeridades à prestação dos serviços jurisdicionais, que apresentam peculiaridades de caráter regional.

O inciso I do artigo 22 da Constituição Federal arrola como matérias da competência legislativa privativa da União, entre outras, o direito agrário, matéria que se desenvolve por inteiro em território estadual, tendo cada um dos Estados, por isso mesmo, melhores condições de regrá-la em suas peculiaridades, fazendo-o, no entanto, segundo normas gerais fixadas pela União.

Outrossim, propomos a revogação dos incisos XXIV e XXVII do artigo 22 da Constituição Federal. Nesse passo, trata-se de afastar impropriedade técnica constante do texto constitucional. Com efeito, segundo o inciso XXIV, compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Ora, diretrizes e bases da educação nacional enquadram-se, a toda evidência, no conceito de normas gerais, e já está consignado no artigo 24, IX, que compete à União estabelecer normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, o que evidencia a ociosidade do referido inciso XXIV.

A mesma orientação técnica recomenda a supressão do inciso XXVII do artigo 22, o qual consigna como competência privativa da União estabelecer “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III”. Ora, alcança-se o mesmo efeito prático incluindo a matéria relativa a licitação entre aquelas de competência concorrente.

São, também, propostas alterações incidentes sobre os parágrafos do artigo 24, de modo a afastar pequenas impropriedades técnicas, bem como fazer inserir o parágrafo 2º, que busca dar contornos mais nítidos ao que sejam normas gerais. Tal alteração se impõe diante de recorrentes injunções indevidas da União no domínio legiferante dos Estados, e pretexto de estabelecer normas gerais. Cumpre deixar bem vincado o que vêm a ser normas gerais, de modo a impedir tais abusos legislativos.

A par do rearranjo da sistemática de competências legislativas ora proposto, cabe também alterar a disciplina normativa que versa sobre iniciativa legislativa, com vistas a reforçar as prerrogativas do Legislativo, sobretudo diante de situações em que há a formação de uma consistente base consensual em torno da regência legal de determinada matéria, esbarrando, contudo, a ação Parlamentar no óbice intransponível da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição Federal constante do anexo desta resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas.

A alteração proposta incide sobre o artigo 198, parágrafo 3º, I. Trata-se de disposição constitucional segundo a qual compete à União editar lei complementar que estabelecerá, entre outros, os percentuais que indicarão os recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Objetiva-se, com a proposta ora apresentada, alargar o domínio de atuação institucional dos Estados. Não se afigura razoável que, em uma autêntica federação, os Estados não possam sequer estabelecer normativamente os percentuais mínimos a serem aplicados em serviços públicos de saúde, sobretudo se considerarmos as enormes disparidades regionais próprias de um país de dimensões continentais, como o nosso.

Assim, propõe-se que os Estados possam editar lei complementar que definirá, como base no disposto no parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição Federal, os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano regional e ao conjunto das demandas sociais, o que é formalizado mediante o acréscimo de parágrafo ao referido artigo.

Importa dizer que, quanto a essa matéria, a Constituição contém disposições tanto no seu corpo permanente, mais precisamente no referido artigo 198 e seus desdobramentos, quanto na parte transitória, mais precisamente em seu artigo 77. O parágrafo 4º desse dispositivo estabelece que, na ausência da lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-ão à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os percentuais constantes do artigo 77. Como a proposta ora apresentada prevê a edição de leis complementares no âmbito dos Estados, além da lei complementar da União, impõe-se alterar também o referido parágrafo 4º.

ANEXO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição Federal:

Art. 1º O artigo 198 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 198 - (...)

§ 3º - (...)

I - o percentual de recursos que a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde;

(...)

§ 7º Leis complementares dos Estados e do Distrito Federal, que serão reavaliadas pelo menos a cada cinco anos, definirão, com base no disposto no parágrafo 2º, os percentuais que Estados, Municípios e Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano regional e local e ao conjunto das demandas sociais.”

Art. 2º O parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77 - (...)

§ 4º na ausência das leis complementares a que se referem os parágrafos 3º a 7º do artigo 198, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.”

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição resulta de propostas do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas.

A alteração proposta incide sobre o artigo 198, parágrafo 3º, I. Trata-se de disposição constitucional segundo a qual compete à União editar lei complementar que estabelecerá, entre outros, os percentuais que indicarão os recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em ações e serviços públicos de saúde.

Objetiva-se, com a proposta ora apresentada, alargar o domínio de atuação institucional dos Estados. Não se afigura razoável que, em uma autêntica federação, os Estados não possam nem sequer estabelecer normativamente os percentuais mínimos a serem aplicados em serviços públicos de saúde, sobretudo se considerarmos as enormes disparidades regionais próprias de um país de dimensões continentais, como o nosso.

Assim, propõe-se que os Estados possam editar lei complementar que defina, com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição Federal, os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano regional e ao conjunto das demandas sociais, o que é formalizado mediante o acréscimo de parágrafo ao referido artigo.

Importa dizer que, quanto a essa matéria, a Constituição contém disposições tanto no seu corpo permanente, mais precisamente no referido artigo 198 e seus desdobramentos, quanto na parte transitória, mais precisamente em seu artigo 77. O parágrafo 4º desse dispositivo estabelece que, na ausência da lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-ão à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os percentuais constantes no artigo 77. Como a proposta ora apresentada prevê a edição de leis complementares no âmbito dos Estados, além da lei complementar da União, impõe-se alterar também o referido parágrafo 4º.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembléia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea "a", do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/09

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição Federal constante do anexo desta resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A alteração que se pretende efetuar, no artigo 132 da Constituição Federal, de modo a deixar claro que os Legislativos Estaduais podem ter Procuradoria e Consultoria Jurídica próprias, é medida que tem plena sustentação jurídica, em vista da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Poder Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos, não deve haver assimetria entre os Poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo.

De outra parte, embora os Poderes devam conviver em harmonia, nem por isso, muitas vezes, deixam de encampar a defesa de teses jurídicas distintas. Esse embate de ideias favorece a densificação dos valores democráticos. Não deve predominar a opinião jurídica emanada de órgãos diretamente subordinados à Chefia do Poder Executivo.

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o artigo 132 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição.

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 132 da Constituição Federal o seguinte parágrafo 1º, passando o seu parágrafo único a vigorar como parágrafo 2º, com a redação que se segue:

“Art. 132 - (...)

§ 1º A representação judicial e a consultoria jurídica das Assembléias Legislativas poderão ser exercidas por sua Procuradoria Geral ou Advocacia-Geral, a que caberá também a representação do Estado em processo judicial que verse sobre ato praticado pelo Poder Legislativo ou por sua administração, observado o disposto no *caput* deste artigo quanto à carreira e à forma de ingresso dos respectivos servidores.

§ 2º Aos Procuradores referidos no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais de metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas.

A alteração do artigo 132 da Constituição da República, para deixar claro que os Legislativos Estaduais podem ter Procuradoria e Consultoria Jurídica próprias, é medida que tem plena sustentação jurídica em vista da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Poder Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos, não deve haver assimetria entre os Poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo.

De outra parte, embora os Poderes devam conviver em harmonia, nem por isso, muitas vezes deixam de encampar a defesa de teses jurídicas distintas. Esse embate de ideias favorece a densificação dos valores democráticos. Não deve predominar a opinião jurídica emanada de órgãos diretamente subordinados à Chefia do Poder Executivo.

Não se afigura necessário, diversamente do que ocorre com a Advocacia da União, exigir lei complementar para a organização dos órgãos jurídicos estaduais. Basta considerar que a Constituição da República, no referido

artigo 132, não impõe que as Procuradorias do Poder Executivo Estadual sejam organizadas por meio de lei complementar. Em respeito à autonomia política dos Estados, deve-se deixar por conta das respectivas Constituições Estaduais a definição da espécie normativa adequada - lei ordinária ou lei complementar.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembléia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea "a", do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição Federal constante do anexo desta resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Afigura-se necessário que melhor se defina o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal. A Constituição da República de 1988 não fixou regras a esse respeito. Limitou-se a dizer, no parágrafo 1º do artigo 18, que podem ser criados Estados a partir da transformação de territórios. No artigo 26, apenas estabeleceu os bens pertencentes aos Estados.

Quando da transformação de territórios em Estados, é possível que parte dos bens pertencentes à autarquia ou, embora pertencentes à União, situados no território objeto de transformação, e que não se encontrem relacionados no citado artigo 26, tenham permanecido sob domínio federal. É possível, em termos práticos, que tais bens não tenham sido transferidos pela União para o novo Estado. A proposta de emenda constitucional que se pretende viabilizar por meio desta resolução objetiva disciplinar tal situação.

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescenta dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição Federal:

Art. 1º O artigo 26 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 26 (...)”

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais e Estado, desde a data da transformação.”

Art. 2º O Poder Executivo Federal, no prazo de 90 dias contados da data da publicação desta emenda à Constituição providenciará, caso ainda não o tenha feito, a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou dos bens de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no artigo 20.

Art. 3º. Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição resulta de proposta do colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

Afigura-se necessário que melhor se defina o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal. A Constituição da República de 1988 não fixou regras a esse respeito. Limitou-se a dizer, no parágrafo 1º do artigo 18, que podem ser criados Estados a partir da transformação de territórios. No artigo 26, apenas estabeleceu os bens pertencentes aos Estados.

Quando da transformação de territórios em Estados, é possível que parte dos bens pertencentes à autarquia ou, embora pertencentes à União, situados no território objeto de transformação, e que não se encontrem relacionados no citado artigo 26, tenham permanecido sob domínio federal. É possível, em termos práticos, que tais bens não tenham sido transferidos pela União para o novo Estado. Todavia, seria justo e razoável que tal transferência se operasse, não só como forma de reforçar a autonomia político-administrativa da unidade federada, mas também para que a nova entidade conte com estrutura patrimonial suficiente para exercer suas atribuições constitucionais.

Em razão disso, estamos propondo duas regras. A primeira insere parágrafo único ao artigo 26, de modo a deixar claro que o conteúdo de tal dispositivo se aplica aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais, desde a data da transformação.

A segunda regra, que tem caráter transitório, dispõe que o Poder Executivo Federal, no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta emenda à Constituição, providenciará a transferência, para o

patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no artigo 20, caso ainda não tenha sido implementada a medida.

Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

Assim, propõe-se que, mesmo em se tratando de matérias reservadas à iniciativa do Executivo, haja a possibilidade de flexibilização dessa regra de iniciativa, desde que o projeto seja apresentado pela maioria dos membros do Poder Legislativo. Apenas ficam ressalvadas as matérias de natureza orçamentária e de organização interna do Executivo. Resta preservada a iniciativa privativa e absoluta do Chefe do Poder Executivo para apresentar projeto da lei referente às matérias relacionadas no artigo 165 da Constituição da República e para disciplinar sua organização interna.

Ao mudar as regras atinentes à reserva de iniciativa no plano federal, abre-se espaço para que as Constituições Estaduais promovam as devidas mudanças para se adaptarem à Lei Maior.

Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 203/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre. Miguel - CECOPAM, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O CECOPAM é uma entidade que desde 1977 vem atuando na Região Sul da Cidade de Curitiba na área de abastecimento e qualidade alimentar, ajudando a famílias carentes a adquirir alimentos baratos e de qualidade. Atuando também na promoção de atividades com vistas à promoção humana e comunitária.

PROJETO DE LEI Nº 204/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o PSL-PR Software Livre Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O PSL-PR existe há mais de quatro anos fomentando a área de desenvolvimento em Software Livre, trabalhando em atividades relacionadas a tecnologia com ênfase no alcance social que a inclusão digital é capaz de fomentar.

O PSL-PR é líder no segmento de desenvolvimento de Software Livre e de código aberto para organizações municipais, estaduais e federais, além de ampla experiência em projetos inovadores em parceria com instituições internacionais.

O PSL-PR é uma organização que não visa lucro, possui diretoria voluntária, não remunerada, e vem há vários anos lutando pelo crescimento do Estado do Paraná e seu reconhecimento como ponto focal na área de desenvolvimento de novas tecnologias.

Em razão do exposto, merece a instituição o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 205/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver projeto de plantação de bambu (*Phyllostachys*) nas faixas de domínio das rodovias estaduais sempre que o Departamento de Estradas de Rodagem-DER contratar ou gerenciar a construção, ampliação ou restauração de rodovias.

Parágrafo Único. O projeto, de que trata este artigo, objetiva a recuperação de áreas degradadas, contemplando a espécie bambu que combate, de forma contundente, a erosão do solo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) DR. BATISTA.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a desenvolver projeto de plantação de bambu (*Phyllostachys*) nas faixas de domínio das rodovias estaduais sempre que o Departamento de Estradas de Rodagem-DER contratar ou gerenciar a construção, ampliação ou restauração de rodovias.

O Bambu tem um grande poder de combate à erosão e será um fator importante na recuperação de áreas degradadas das faixas de domínio das rodovias estaduais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro Deputado inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, desde que assumi na Assembleia Legislativa no ano de 2003, sempre trabalhei a tese de que é preciso otimizar recursos humanos, equipamentos para que a eficiência da gestão pública seja cada vez mais prática e se dê aos olhos da sociedade.

Quando se votou a lei que regulamentou, se ampliou a possibilidade de realizar consórcios públicos.

Fiquei muito feliz e motivado com as eleições municipais deste ano que passou e com a posse dos novos Prefeitos. Visitei alguns Prefeitos e falava da preocupação que tinha, na medida em que muitos Prefeitos reclamavam que muitas vezes não acessavam recursos, tinha dificuldade de recursos humanos qualificados no sentido de acessar com maior facilidade os programas federais ou até estaduais.

E, motivado pela eficiência que já existe nos consórcios de Saúde, e sabedor da grande dificuldade que têm Municípios de porte pequeno com pessoas de alto conhecimento, que se exige para preparar projetos, para terem acesso, muitas vezes pagando consultorias caras para que possam acessar recursos do Governo Federal, motivei a Prefeita de Ouro Verde do Oeste, a Cleonice Alves; o Prefeito de São Pedro do Iguaçu, o Natal; o Prefeito Eldon, de Vera Cruz do Oeste; o Prefeito Nelton, de São José das Palmeiras; o Prefeito Rui, de Ramilândia; a Prefeita Inês, de Diamante do Oeste; e também o Prefeito de Matelândia, o Edson Primon, para que eles sentassem, como era começo de Governo, e decidissem, já que são Municípios que têm a mesma característica e são da mesma microrregião, que definissem em conjunto a formalização de consórcios para que eles possam otimizar a contratação de recursos humanos para elaborar os projetos. São técnicos de alta complexidade, que facilitaria, com certeza, na sequência, acesso a recursos do Governo Federal, principalmente, e também do Estado.

E esses Prefeitos se reuniram há um mês e meio atrás e tomaram a decisão política, na minha visão acertada, para constituir consórcios, e consórcio público, para tratar, de acordo com a avaliação deles, projetos que são do interesse comum desses Municípios, e esse consórcio será efetivado nos próximos dias.

E não tenho dúvida, Presidente Nelson Justus, uma das grandes reclamações das Prefeituras pequenas, agora como Programa Minha Casa, Minha Vida, é que nos Municípios pequenos não está permitido, neste primeiro momento, acesso aos recursos. Se esses Municípios realizarem consórcios para trabalhar em conjunto a execução de casas, dando conta de toda a execução burocrática

necessária que são as exigências da Caixa Econômica e do Ministério competente, esses Municípios executarão certamente as casas no tempo hábil, de forma semelhante às Cidades grandes.

Percebi que Municípios de médio porte executaram muito mais recursos que estão à disposição de todos os Municípios na medida em que eles possuem um quadro de pessoal maior nas Prefeituras. Até porque são Municípios maiores, existe um quadro de funcionários públicos que atendem a necessidade dessas Prefeituras. O que não é o caso, muitas vezes, dessas Prefeituras pequenas, que não têm esse quadro de pessoal para conseguir concluir seus projetos, e muitas vezes dependem de contratar consultores e que muitas vezes tem um custo alto.

Portanto, na medida em que os Prefeitos definiram a organização desses consórcios, eles vão habilitar-se muito mais rápido, em tempo hábil, aos programas federais. E esses projetos, à medida que forem habilitados nacionalmente, serão mais facilmente defensáveis pelos Deputados Federais e Estaduais que o representam. E certamente o princípio da eficiência, na gestão pública nos Municípios menores, será melhorado. Se pudesse aconselhar Municípios de pequeno porte, que têm a mesma característica econômica e social, diria que neste ano, que é o primeiro ano de Governo, que esses Municípios, que esses Prefeitos tomem a decisão política de resolver a questão burocrática dos consórcios e trabalhar e priorizar a execução de projetos para que eles se habilitem com mais rapidez nos programas federais, para que a ação política dos Parlamentares que os representam seja facilitada no sentido de acessarem os recursos do Governo Federal.

Portanto, gostaria que os demais Municípios do Paraná adotassem o exemplo da Prefeitura de Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, São José das Palmeiras, Ramilândia, Diamante do Oeste e também Matelândia. Esses Prefeitos, na minha opinião, já perceberam a importância de definirem em conjunto a execução de programas e projetos em parceria, para diluir despesa com pessoal e até de equipamentos. Não tenho dúvida de que no futuro eles adquirirão máquinas e equipamentos para serem utilizados, seja nas estradas do interior, seja para atender as necessidades na área da Saúde, Habitação, assistência técnica, de acordo com a vocação microrregional. Eles vão gastar menos com pessoal, menos com equipamentos e vão dar mais satisfação e conseguir implementar mais políticas públicas nas suas Cidades. Acredito que os demais Prefeitos do Paraná e Prefeituras que têm a mesma similaridade e característica sócioeconômica deveriam adotar essa medida.

Parabéns, desde já, a esses Prefeitos e Prefeitas que tomaram uma decisão acertada já no início dos seus Governos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Parabéns ao Atlético, furacão, grande campeão. Corinthians campeão, Cruzeiro. E a esperança nossa é que o nosso Tubarão Londrina, neste ano, melhore. Mas hoje é só sorriso do Presidente Nelson Justus e dos atleticanos.

Presidente, gosto sempre de repetir, olha a quantidade de e-mails que estou recebendo, graças à TV que V. Exa. convocou para podermos nos comunicar com o povo. O povo está tendo mais facilidade para comunicar-se conosco, até para criticar o nosso trabalho, dar sugestões, dar ideias.

Tenho aqui da Dona Rosemeri Muniz, ela é esposa de funcionário público. Requião, amolece o coração e dá 15% de aumento para todo servidor público. Por que só para a iniciativa privada? Todo mundo é filho de Deus! Vai pegar muito mal na carreira de Requião.

E-mail de Valter Lirola Júnior: *Parabéns só queria que o Deputado apresentasse um projeto de lei para acabar com a farra das passagens.*

Tenho aqui também manifestação sobre ausências de Deputados nesta Casa. Recebi há pouco, do Sr. Renato Stival, dono do Restaurante Veneza, uma das figuras mais populares de Santa Felicidade. Ele está almoçando neste momento e está assistindo a TV SINAL. E o que o Renato Stival do Veneza, um dos restaurantes mais tradicionais do Paraná, está sugerindo, é que na abertura das Sessões o painel seja mostrado para que o público que está em casa saiba quem está presente e está ausente. Quem comparece às Sessões não vai ter medo de ver o painel ligado, Deputado Romanelli, V. Exa. está em todas as Sessões aqui.

Acho que a ideia é procedente. Deputado Nelson Justus, raramente, quando não está aqui, está representando a Casa.

Só não vai gostar da ideia do Renato Stival quem é faltoso. Quem comparece para trabalhar vai agradecer, apareceu o nome, se o Deputado é bom, ou não é bom, se é bom orador, ou não é bom orador. No mínimo é nossa obrigação estar aqui e devemos cumprir essa obrigação prazerosamente ao trabalho. Esse negócio de ficar atendendo a base do interior nem todo mundo acredita nessa história não. Quem quiser, embaixo, tem o nosso e-mail, pode mandar sugestões, ideias, que nós lemos aqui.

É importante, porque aqui cada Deputado, cada Deputada, é empregado do povo. O nosso patrão é o povo, quem paga nosso salário são vocês que estão assistindo as transmissões da TV e aqueles que por um motivo ou outro não estão acompanhando a Sessão. É o que diz sempre o grande mestre Jocelito Canto. Por isso é um prazer sempre receber os e-mails, como tenho aqui o e-mail do promotor de Justiça, grande figura, passou por esta Casa de maneira brilhante, Sr. Joel Coimbra: *Caro amigo Deputado Belinati, primeiramente a minha solidariedade e votos de estima para que você prossiga em sua brava luta. Volta e meia assisto seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa. Parabéns! Muitíssimo sucesso, meu irmão. Fica com Deus. Joel Coimbra.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Anuncio a presença do Deputado Ricardo Barros. Seja bem-vindo!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

É uma figura e grande líder, Deputado Ricardo Barros, o maior amigo dos Municípios. Não tem nenhum Deputado em Brasília que tenha ajudado os Prefeitos, independente de partido. Conheço Prefeitos dos mais variados partidos que não têm condições de ir a Brasília, mas o Ricardo Barros está sempre presente no interior, trazendo aquilo que é fundamental, que é o combustível para as Prefeituras que é a verba.

Parabéns!

Temos aqui do Sérgio: *Amigo, sou servidor público e bombeiro e tenho grande orgulho da minha profissão, que é salvar vidas. Trabalho há 18 anos na Corporação e há 11 anos no SIATE. Muito obrigado, Sérgio. Ele está precisando de ajuda. É um bombeiro. Alô, Roberto Requião, precisa pagar melhor os bombeiros também, pagar melhor o servidor público. Uma situação constrangedora, um bombeiro que salva a vida de tanta gente, está aí passando dificuldades e precisando de ajuda.*

Do Sérgio Manabi, da Universidade de Londrina, ele está nos sugerindo uma emenda ao Projeto de Lei nº 106/09. Pode ter certeza, Sérgio, que vamos apresentar esta emenda, tão logo o projeto venha a Plenário, projeto de interesse daqueles que trabalham nas universidades.

Temos aqui da Nancy Muniz: *Como admiradora do seu trabalho e eleitora defensora do candidato, tomo a liberdade de solicitar horário em sua agenda, assim que vier a Londrina, ou então contato telefônico. Como é bom quando o povo quer falar conosco, ou interessante. Nancy, vamos marcar sim. Com o maior prazer. Não é só como obrigação, temos que fazer com alegria, atender quem quer falar conosco. Terei o maior prazer em atender você e a todos os paranaenses.*

Marlene Aparecida: *Olha, Deputado Antonio Belinati, estou escrevendo e perguntando se o senhor pode interceder por mim; eu só quero um alvará para trabalhar com carrinho de salgadinhos. Olha que coisa, Presidente, uma pessoa recorre a um Deputado. Hein, Deputado Jocelito Canto? V. Exa. vive muito isso em Ponta Grossa, que é um homem do povo. Não seria trabalho específico de Deputado. Tem gente que pode até ficar escandalizada, mas é uma ajuda que você vai dar e a pessoa vai poder sobreviver com isso. Não está pedindo esmola, nem dinheiro; ela quer uma oportunidade de poder trabalhar com dignidade.*

Nós, alunos do CEEBJA Professora Joaquina Matos Branco, do ensino médio, período matutino, vimos por meio desta pedir para o Deputado Antonio Belinati vossa intervenção para que nosso colégio não seja fechado. Meu Deus do Céu! Alô, Roberto Requião, não pode fechar colégio, escola, creche, posto de saúde.

Nem pensar em fechar! Tem que reformar, ampliar, construir mais escolas, mais colégios, mais postos de saúde, mais hospitais. Agora, estão querendo fechar esse colégio Professora Joaquina Matos Branco.

Somos trabalhadores, donos de casa, auxiliares de enfermagem, guardiões, e somente podemos estudar durante o dia. Estamos chocados, tristes, pois esta escola representa a luz que nos trouxe a oportunidade de regressarmos aos bancos escolares, e com isso, conseguirmos um melhor espaço no mercado de trabalho. Somos eleitores e precisamos daqueles em quem confiamos o nosso voto. Temos certeza que com vossa ajuda iremos reverter este quatro. Alunos do CEEBJA, período matutino. Governador Roberto Requião, pelo amor de Deus, não feche este colégio! Não pode! É um absurdo!

Temos aqui também do Fabrício: *Deputado Antonio Belinati, boa tarde. Sou de Londrina e agora estou trabalhando em Curitiba. Gostaria de saber em que horário o Deputado Antonio Belinati está na Assembleia Legislativa para poder conhecê-lo pessoalmente. Gostaria apenas de tirar uma fotografia com você. Abraços, Fabrício.* Muito obrigado! Que privilégio um eleitor da minha terra, Londrina, que não me conhece pessoalmente, querer vir aqui. Com o maior prazer, que alegria. Muito melhor que ser apedrejado. Receber um e-mail de um eleitor querendo tirar fotografia. Muito obrigado pelo carinho.

Do Isaac Adriano de Souza, de Ponta Grossa: *Ola, Deputado Antonio Belinati. Sou acadêmico de Jornalismo, moro em Ponta Grossa e queria pedir ao Deputado que, se possível, pudesse enviar notícias do seu trabalho junto à Assembleia Legislativa.* Está aqui, Presidente Nelson Justus. O Isaac é de Ponta Grossa, que não é terra em que faço política, mas ele é acadêmico de Jornalismo, está me acompanhando como Deputado através da TV SINAL, e quer que enviemos notícias a ele. Olha que instrumento poderoso que V. Exa. colocou à serviço de todos nós e do povo do Paraná! Muito obrigado, Isaac! Você escolheu uma bela profissão e seja feliz! É muito importante a profissão da comunicação jornalística. Obrigado pelo e-mail!

Temos aqui também do Luiz Fernando dos Santos Egídio: *Grande Deputado do povo de Londrina, sei que o senhor se preocupa com as questões ambientais do nosso planeta e em especial do Paraná. Agora estamos criando um blog ambiental, que já tem adesões de alguns políticos, que colocaram as suas notícias, tanto ambientais como políticas.* Então, muito obrigado! É um blog mais voltado para a área ambiental. Isso é muito importante e meus parabéns para o Luiz Fernando dos Santos Egídio.

E um e-mail do Marcos Mariano: *Deputado Belinati, sou Praça da Polícia Militar e gostaria de agradecer os seus esforços pela melhoria nas condições de trabalho na Polícia Militar, no tratamento salarial que o senhor vem reivindicando por nós, policiais militares. Sei que nem sempre é possível conseguir tudo o que queremos, mas gostaríamos de agradecer a sua luta e continuar tendo a certeza de que o senhor, Deputado Belinati,*

vai continuar lutando pela nossa classe. Policial é uma profissão de alto risco e que está ganhando mal. Quantos policiais são feridos, estão na cadeira de rodas, estão com sequelas, alguns estão no cemitério, e quando morre um policial o Governador ou a autoridade muitas vezes não manda nem uma carta, não manda um telegrama, não manda uma flor para o velório do militar que morreu tentando garantir a segurança, a paz, a ordem pública, combatendo bandidos perigosos. Então, tenha a certeza, meu caro cidadão Marco Mariano, que é nosso dever, sim, exigir que esses 15% que a iniciativa privada já está pagando a partir de 1º de maio não seja só para quem está fora do serviço público, mas que também os servidores públicos, os professores, os funcionários das Secretarias e do DETRAN, do Instituto de Identificação, do Instituto Médico Legal, da Polícia Militar, do SIATE, do Corpo de Bombeiros, que os militares todos sejam contemplados com esse aumento, para dar condições de trabalho e com salários dignos.

E, para terminar, Sr. Presidente, estava vendo aqui o projeto do Presidente Lula de dar bolsa de estudos para estudantes. Dr. Batista, saiu na imprensa duas vezes, de cinco dias para cá, porque tem até fazendeiro recebendo bolsa de estudos, mas para o pobre não tem. É tanta burocracia que o pobre, às vezes, deixa de frequentar a faculdade. E agora está aqui, do Cláudio Humberto, de hoje, que tem um que pegou bolsa de estudos, dinheiro do Governo, que tem oito automóveis e está cheio de jovem aí tomando remédio porque não consegue pagar a faculdade e já teve casos de o aluno não poder receber o diploma no dia da formatura, teve universidade aqui do Paraná que entregou o canudo fechado, mas não tinha o diploma dentro porque a aluna estava devendo a anuidade na faculdade, e de repente vemos que a verba pública, que é o dinheiro do povo, tem aí uns cretinos, espertalhões, apadrinhados naturalmente por alguns “coronéis” da política, fazendeiro milionário metendo a mão no dinheiro da bolsa de estudos que seria para o pobre.

E aqui está na Folha de Londrina de hoje: *Um único beneficiário é proprietário de oito automóveis.* Depois falta dinheiro para garantir o ensino para aquele que é de baixa renda, ou para aquele que é pobre mesmo.

Então, isso mostra que o Governo do Presidente Lula também está sendo negligente, está pecando, está falhando, está contemplando o que pode, e o que não pode não está recebendo nada. Isso é falta de fiscalização, é falta de punição. Por isso a nossa expectativa de que o Governo Lula cancela a bolsa de quem não precise, cancele até o Bolsa Família, todo tipo de ajuda para quem pode, mas tem que ajudar o pobre, o que não tem nada. O cidadão que é fazendeiro, que é dono de oito automóveis, só de IPVA quanto é que ele paga? E aí vai mamar na teta do Governo, pegar a bolsa que vai fazer falta para um aluno mais carente. Quantos alunos abandonam o curso pela metade, por falta de recurso para manter o pagamento em dia da mensalidade, para terminar o ano com a anuidade paga.

Então, esses abusos não podem continuar acontecendo. Como diz o Stival do Restaurante Veneza, o Governo tem que usar o dinheiro público, o dinheiro que é do povo, para quem verdadeiramente precisa, e acabar com a teta, com a mamata desses grandes aproveitadores do dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu analisava hoje a Ordem do Dia da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e me trouxe uma preocupação, quem sabe por desconhecimento, mas existe o projeto no item 06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina o nome do novo aeroporto internacional dos Campos Gerais.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, na realidade não existe aeroporto internacional dos Campos Gerais, na nossa região. Existe um discurso, uma vontade, que há mais de dois anos foi trazida por um Parlamentar da nossa Casa e da nossa Cidade de Ponta Grossa, que criou a expectativa de que o aeroporto internacional de cargas poderia ser construído dentro da região dos Campos Gerais. E quando vejo um projeto de lei nominando este aeroporto, me cria dúvida. Nominar uma obra que não existe, existe sim o discurso, existe uma vontade, acredito que isso não é possível, pois, repito, é uma obra que não existe, e naturalmente não se pode nominar aquilo que não existe.

Então, deixo aqui registrado e espero que a Mesa possa pronunciar-se sobre essa situação, porque me traz a preocupação e diz respeito à nossa Ponta Grossa, à nossa região dos Campos Gerais, de uma coisa que não existe e está recebendo uma nomeação. Então, peço uma posição desta Mesa.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Plauto Miró. Realmente somos os responsáveis pela Ordem do Dia, e que é feita na segunda-feira pela manhã. Hoje não estivemos aqui na Casa pela manhã e o meu assessor, chefe de gabinete, que é quem me ajuda, também não estava. Nós só chegamos depois do almoço. Por essa razão, trata-se de um aeroporto virtual, algo que não existe, não deveria nem ter sido aprovado na CCJ, e não iria à votação em hipótese alguma.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Encaminhei também à Mesa Executiva três requerimentos pedindo a retirada do projeto, porque o projeto realmente não tem fundamento, é um projeto de iniciativa

privada, não tem recurso público envolvido. Estamos batalhando, a Assembleia Legislativa também, a Bancada Federal, Ministros, Senadores, estão envolvidos, torcendo pela conquista desse empreendimento, mas é um empreendimento de iniciativa privada. E não podemos confundir, inclusive o projeto está aguardando parecer da ANAC em Brasília. Estamos fazendo todo possível para que isso se concretize, pois é um sonho de todos os ponta-grossenses e de todo Estado do Paraná. Mas não podemos votar algo que não tem competência legislativa.

Peço o adiamento. O arquivamento seria melhor para esse projeto que denomina o aeroporto de iniciativa privada como nome de uma família.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, vendo a Ordem do Dia de hoje, esse projeto, e estava acompanhando o parecer da CCJ assinado por dois grandes Deputados, Nereu Moura e nosso Presidente. Quando o Deputado Durval Amaral assina fico muito tranquilo, porque ele é um estudioso. E o Deputado Nereu Moura, qualificado como relator, coloca aqui como constitucional. Estou requerendo que seja cumprida a Ordem do Dia. Até pela importância e pela publicidade que se deu a essa obra, que vai ficar na história dos Campos Gerais, e que possa ser lembrado pelas próximas gerações como grande dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa tomou a decisão de não colocar em votação o projeto e aguardar a construção dele. A lembrança é boa, é válida, mas não vamos votar, atendendo o requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

Quero aqui também salvaguardar os membros da CCJ que votaram, porque imaginaram que o aeroporto existisse. O objeto é constitucional. Vamos sepultar o assunto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

A primeira votação também analisa a constitucionalidade. E não existe constitucionalidade, porque se trata de um empreendimento privado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos no último final de semana correndo diversos Municípios da nossa Região Oeste do Estado.

Gostaria de deixar registrado que participamos de algumas festividades importantes. Por exemplo: na quinta-feira participamos, em Santa Terezinha de Itaipu,

de uma Sessão Solene, quando foi homenageado o professor Sebastião, que foi o idealizador da Comissão da Emancipação Política do então Distrito de Santa Terezinha, que pertencia ao Município de Foz do Iguaçu. Foi uma Sessão Solene muito concorrida. Disse, naquela ocasião: feliz é a comunidade, o Município que ainda rende homenagens para as pessoas de valor. Como aconteceu em Santa Terezinha de Itaipu, numa Sessão Solene, em que se comemorava os 27 anos de emancipação política daquele Município, bem como homenagem também um professor, um grande homem público mas, acima de tudo, voltando até a atualidade suas atenções para o desenvolvimento daquele Município.

Na sexta-feira, juntamente com os Deputados Duílio Genari e Elton Welter, participamos da abertura da Festa do Peão Boiadeiro, no Município de Ouro Verde do Oeste, que é conhecida como a Capital do Rodeio, porque lá acontecem os melhores rodeios do nosso Estado, e dá para praticamente dizer que os melhores rodeios do Brasil. Milhares e milhares de pessoas comparecem e participam dessa festividade. Queremos aproveitar esta oportunidade e enaltecer a Prefeita Cleunice, o Vice-Prefeito Lázaro, a comissão central organizadora, enfim, todas as pessoas que fazem do nosso Município Ouro Verde do Oeste, um pequeno Município, mas que ocupa seu espaço nos grandes eventos aqui no Estado do Paraná. Lá têm boiadeiros e peões que vêm de Rondônia, de São Paulo, de Minas Gerais, enfim, de diversos Estados da nossa Federação participar desse rodeio.

No dia 1º, sexta-feira, na Cidade de Guaíra, participamos da 33ª Festa das Nações. Sabemos que outros Deputados também participaram na abertura, quinta à noite; outros ainda no sábado e domingo.

Guaíra, Srs. Deputados, tem perdido muito com a inundação das Sete Quedas, tanto é que temos um requerimento, hoje, pedindo informações sobre o destino dos recursos que estavam no caixa do Governo do Estado, mais precisamente na Secretaria de Estado dos Transportes, que foram recursos cobrados com a cobrança do pedágio na ponte em Guaíra. Quando foi instituído esse pedágio, tinha uma regulamentação de que esses recursos só poderiam ser usados, exclusivamente, na ponte de Guaíra e no seu entorno, e Guaíra cobra muito isso. Quer dizer, a construção do contorno da Cidade e Guaíra, mesmo com a ponte de Guaíra, que está sem manutenção, a iluminação na ponte em Guaíra, que era um atrativo turístico, também está escura.

Então, temos dois requerimentos, hoje, em relação a essa questão, para serem apresentados.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que no pequeno Município de Serranópolis do Iguaçu, o Prefeito José Arlindo Sehn, que está no seu quarto mandato na Administração Municipal, teve uma idéia, de repente, com sua assessoria, de criar o Arrancadão de Jericos. Então, é uma festa em que milhares e milhares de pessoas chegam nesse Município para participar e assistir ao Arrancadão de Jericos. Deputado Jocelito Canto, o

Município de Serranópolis do Iguaçu, que vai completar aniversário mais tarde, teve uma festa exclusiva para o Arrancadão de Jericos. Milhares e milhares de pessoas vêm e é uma corrida muito bonita para as pessoas que lá chegam, assistem e veem uma programação fantástica.

Por essa razão, aqui da tribuna, hoje, aqui da Sessão da Assembleia, quero parabenizar o prefeito José Arlindo Sehn, toda sua equipe administrativa, a comissão central, o Marcelo, que são as pessoas que fazem de Serranópolis do Iguaçu, um Município pequeno, que tem aproximadamente algo em torno de 6, 7 mil habitantes no máximo, mas que chegam nessa festa em torno de 15 mil pessoas para assistir ao Arrancadão. Toda Região Oeste vai à Festa dos Jericos, o Arrancadão. Eles pegam uma plataforma, um chassis de um jipe, de uma caminhonete, põem um motor estacionário e fazem os pilotos correrem no meio do banhado, passarem por meio de lamaçal. Realmente, a pessoa tem que ter muita vontade para participar dessa corrida.

Por essa razão, gostaria de fazer esse registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, daquelas festas importantes que aconteceram, neste final de semana, no Oeste do Paraná.

Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputadas e Deputados.

Na última quinta-feira participamos de uma Sessão Solene, convocada pelo nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, em conjunto com o Sr. José Álvaro da Silva Carneiro, Superintendente do IBAMA/PR. Tivemos um trabalho muito bonito realizado nesta Casa, em homenagem aos 20 anos do IBAMA.

Faço questão de ocupar este momento para que possamos registrar, nesta Casa, algumas situações.

O IBAMA foi criado em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei nº 7735/89. Anteriormente o Governo Federal já havia promulgado a Lei 6938/81, que estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, único Conselho Nacional com poder de legislar.

Ao longo dessas duas décadas, assistimos a abertura de grandes estradas na Amazônia, que permitiram a ocupação desordenada da região, a construção de grandes hidrelétricas, como a de Tucuruí, que afogou a mata na área ocupada pelo lago; o uso do agente laranja, na mesma represa; o acidente com o Césio 137, em Goiânia; os megaderramamentos de petróleo na baía de Guanabara e no rio Iguaçu; a caça predatória dos jacarés do Pantanal; o assoreamento e morte dos rios do Pantanal,

por mineração clandestina; a contaminação, por mercúrio, das águas dos rios de Rondônia; a caça predatório das baleias no Litoral brasileiro.

Para fazer frente a esses desafios ambientais foram criadas leis federais por indicação do IBAMA, como em 1997, quando foi aprovada a chamada Lei das Águas; e, 1998, a Lei dos Crimes Ambientais; e, 1999 a lei que estabelece a Política Nacional de Unidades de Conservação; e em 2006, a Lei de Gestão de Florestas Públicas.

O IBAMA protegeu a fauna e a flora, criou projetos de vanguarda, ampliou o número de unidades de conservação, deu força à proteção ambiental, ajudou a diminuir o desmatamento da Amazônia, criou sistemas de monitoramento e de acompanhamento, instituiu centros de pesquisa.

Muitas das espécies ameaçadas de extinção talvez nem mais existissem, não fosse o empenho do instituto e de seus servidores e o forte compromisso com a causa ambiental por parte da sociedade civil, através das ONGs.

Nós ouvimos e vimos o Sr. José Álvaro Carneiro fazer um pronunciamento único nesta Casa, onde ele gastou todo o seu tempo aqui lembrando um por um dos servidores do IBAMA no Paraná e enaltecendo o trabalho de cada um deles. Parabéns ao IBAMA. Luiz, sabedoria e condições dignas de trabalho aos seus servidores. Eu não poderia deixar de registrar isso, Sr. Presidente.

A outra questão fundamental, estamos aí discutindo e tivemos uma discussão bastante acalorada com relação ao Código Florestal, na última Sessão de quarta-feira. Sabemos que temos que discutir isso e isso foi levado ao debate. Sabemos que tem algumas questões que podem ser revistas com relação ao Código Florestal, mas nunca podemos perder o foco, que é a continuidade da vida no planeta Terra, que é esse o objetivo maior. É óbvio que existem caminhos do meio e são esse os caminhos que temos que buscar. É óbvio que algumas coisas podem e devem ser revistas, mas não podemos jamais abrir mão de algumas conquistas e jamais abrir mão da preservação da vida na Terra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazer um relato aos Srs. Parlamentares de um acontecimento, que passou despercebido no último dia 29, quando o Governador foi fazer uma visita a Piraquara, para entregar os ônibus. Os Vereadores de Piraquara, o Miguel do PSDB, o Welinton do PPS, o Ludovico do PDT e o Polaco do PMDB, fizeram uma pequena manifestação pedindo ao Governador, no ato da entrega dos ônibus, mais Segurança. Porque a situação da Segurança, em Piraquara, é catastrófica.

Os Vereadores, na sua legitimidade, confeccionaram algumas faixas, pedindo a atenção do Governo do Paraná. Tenho dito aqui, Deputado Elio Rusch, que quando falamos de Segurança, parece que estamos falando de um Príncipe, o Secretário da Segurança; quando V. Exas., Vereadores de Piraquara que estão aqui, colocaram as faixas na entrega dos ônibus, mexeram com o que tem de mais sagrado o Governo: o Secretário da Segurança.

Aqui, quando queremos fazer um convite ao Secretário, já é demais. Ele, pelo caos em que se encontra a Segurança do nosso Estado, tinha que ser sumariamente convocado para vir a este plenário prestar contas do que está acontecendo.

O que aconteceu de pior foi o desequilíbrio do Governador, que agrediu os Vereadores e usou de termos que não vou citar aqui. Ora, se um Vereador não puder fazer a defesa da população que ele representa? Do Governador Requião já estamos acostumados, quando o cara se atravessa, ele vem de pancada mesmo. Mas quando ele deu a palavra ao Vice-Governador, o bonachão Orlando Pessuti, talvez, na ânsia de agradar o Governador, que disse-lhe: "Você só vai falar se der um recado para os Vereadores", disse que ele poderia repreendê-los fisicamente.

Vejam como estamos tratando a Segurança do nosso Estado!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Valdir Rossoni, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos no Pequeno Expediente, não há aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Lamento, Deputado Romanelli. Mas, V. Exa. poderia me conceder o horário da Liderança do PSDB? Até porque quero conceder o aparte. De repente ele tem uma justificativa. A agressividade do Governador é normal, mas do Vice-Governador? Será que ele quis agradar o Governador?

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB.

Dou aparte ao Deputado Líder do Governo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Valdir Rossoni, quero dizer a V. Exa., com a maior lealdade, que me surpreendo em primeiro lugar por V. Exa. ir à tribuna para poder relatar um fato havido no Município de Piraquara, em que o protagonista, o motivador daquela grosseria feita, foi feita por uma pessoa que o senhor conhece bem, que é o ex-Prefeito João Guilherme, que já traiu muitos Deputados nesta Casa. Inclusive o Líder do PSDB, Ademar Traiano.

Ele é quem, efetivamente, com dor de cotovelo, colocou os Vereadores como massa de manobra num momento em que festivamente se comemorava a entrega dos ônibus de transporte escolar.

Do Governador Requião, todos conhecem o estilo dele, é contundente mesmo. Agora, em relação ao Vice-Governador Pessuti, que V. Exa. até jocosamente chama de bonachão, ele não é bonachão, é um homem cordial, gentil. V. Exa. mesmo pode medir pelo seu relato se ele, Orlando Pessuti, cordial da forma que é, se irritou, V. Exa. imagine como foi o comportamento desses Vereadores! Lamentavelmente, V. Exa. vai à tribuna para poder defender pessoas que, na verdade, não cumprem aquilo que deve ser o decoro de um Vereador, que tem que se portar em público com respeito ao povo, especialmente na presença do Governador.

Efetivamente, Deputado Rossoni, V. Exa. está sendo porta-voz do João Guilherme, que V. Exa. sabe, traiu já o nosso partido, o PMDB, o PSDB. É um samba do crioulo doido. Esse é o que V. Exa. está defendendo hoje. Acho que Segurança Pública à parte, sabemos que a política municipal, quando trazida para o Plenário desta Casa e pela voz de uma liderança igual a de V. Exa., penso eu que é um desserviço ao bom relacionamento republicano que devemos manter. Um episódio absolutamente secundário, de pessoas que não tratam com urbanidade e respeito o Governador, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais que ali estavam presentes, por conta, é claro, da falta de respeito.

É isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado V. Exa. disse, disse e não disse nada. João Guilherme pode ser uma liderança, mas não acredito que uma manifestação de quatro Vereadores, de quatro partidos, e V. Exa. sabe que a Segurança do nosso Estado está na UTI, ele só não está dentro de uma ambulância também. Porque o maior hospital construído nos últimos anos são as ambulâncias e os ônibus que trazem os doentes para Curitiba. E a segurança não entrou ainda dentro da ambulância, mas está na UTI.

V. Exa. quer imputar aqui a manobra de uma liderança que tem lá, que traiu o Traiano, não vou entrar nessa questão. O importante é V. Exa. saber que a manifestação feita pelos Vereadores é legítima.

Ora, se um Vereador não puder fazer uma manifestação, um pedido para o Governador, para melhorar a Segurança...

Se não me falha a memória, eu estive em Piraquara há poucos dias, Deputado Romanelli, o efetivo da Segurança hoje, da Polícia Militar, é o mesmo de 20 anos atrás, me parece que é em torno de 30 policiais. Quando a população de Piraquara era 40 mil, hoje são 90. O que os Vereadores fizeram, é uma forma, porque se eles forem marcar uma audiência com o Governador para falar de Segurança, eles não teriam essa oportunidade. Eles fizeram uma manifestação legítima, democrática, não foram agressivos.

O que me assustou, Deputado Romanelli, e é o que eu tenho medo, por que o Vice-Governador entrou nessa? Eu não sei. Sinceramente, acredito que foi uma recaída, mas o Vice-Governador Pessuti não é desta forma, não age desta forma, e ele deveria pedir desculpas aos Vereadores, porque se ele fosse Vereador, se V. Exa. fosse Vereador em Piraquara, certamente V. Exa. faria a mesma manifestação que foi feita: alertar o Governador pelo descaso na Segurança, e eles não estavam falando apenas em nome de Piraquara. Se fosse reunir as lideranças que estão descontentes com a Segurança, dá para encher o Maracanã, porque a grande verdade é que não temos Segurança.

E eu peço a V. Exa.: por que tanto medo de trazer o Secretário da Segurança aqui? Vamos trazer o Secretário da Segurança! Não há mais veículos, não há efetivo. Nós aprovamos lei aqui, outro dia, para aumento do efetivo, não foi? Aprovada uma lei aumentando para 22 mil o efetivo? Estamos com 17 mil, não chega a 17 mil o efetivo.

Então, não há como, eu não quero culpar aqui o efetivo da Polícia Militar, porque se não tem efetivo não há como fazer a prevenção na Segurança. É esta a nossa preocupação.

Ou estão levando a informação errada ao Governador, ou ele está concordando com o caos que se instalou neste Estado, no caso da Segurança.

E quando Vereador legitimamente colocam lá uma faixa de protesto, de alerta, não é nem de protesto, de alerta ao Governador que estava fazendo uma visita a Piraquara, aí os Vereadores são escrachados, verbalmente, dizendo que vão agredir fisicamente os Vereadores, e essa não é a forma de resolvermos a Segurança.

Imaginem, o problema de Segurança já é grave, se o Vice-Governador e o Governador agridem Vereadores, a nossa Segurança tem que partir do Governador, do Vice-Governador, para impor o respeito na Segurança do nosso Estado.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Deputados, temos assistido praticamente, nos últimos anos, uma espécie de agudização, agora nos últimos meses, um verdadeiro debate nacional sobre a necessidade de se mudar ou não o Código Florestal Brasileiro, a ponto de que na última inauguração da exposição de Londrina, chegamos a ver publicamente o Ministro Reinold Stephanes, da Agricultura, com um discurso diametralmente oposto ao do Governo do Estado do Paraná e alguns setores da comunidade brasileira.

Argumentava o Ministro que era necessária a mudança do Código Florestal Brasileiro, no sentido de incorporar as áreas de APPs, as chamadas Áreas de Preservação Permanente, beiras de rios, voltas de nascentes, topos de morros, encostas de morros, aos chamados 20% de reserva legal. E que era necessário uma espécie de uma rebeldia, quase que pregando uma desobediência civil ao cumprimento do Código Florestal Brasileiro, caso este não mudasse.

Sabemos que o Código Florestal Brasileiro tem 70 anos praticamente. As chances de mudanças já aconteceram por diversas ocasiões. Mas naquele dia, lá em Londrina, talvez espelhando num debate que toma corpo e vem como uma verdadeira Tsunami por sobre o Congresso e a sociedade brasileira, e nos diz respeito, porque somos um País de 850 milhões de hectares essencialmente agrícola. E não há como fugir desse destino, porque o somos, não temos geleira, não temos terremotos, não temos furacão, por enquanto não tem uma série de fenômenos climáticos que existem em outros Países. Então, a nossa vocação, principalmente, é a produção. E nesse sentido há uma pressão enorme para que se desmate, ou para que se dê uma chancela legal para aumentar as áreas de desmate em nosso País.

É claro que isso não é novidade para a Assembleia Legislativa do Paraná e não é novidade para o Brasil. Mas esse debate cresce, até porque a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, é ela que tem, do ponto de vista informal, uma articulação muito maior do que as outras bancadas até já estabelecidas ali. Na verdade o prato está feito. Há aqueles que defendem a mudança do Código Florestal Brasileiro, para que haja uma maior produção nas áreas hoje poupadas; E há aqueles que não querem isso.

Pois bem, o que pensa a população brasileira sobre isso? Porque na verdade é aquela velha questão: consultar os brasileiros ou não? Na verdade existe um problema e curiosamente foi a Folha de São Paulo, através do conceituado Data Folha, que foi atrás de fazer uma grande pesquisa entrevistando 2 mil e 55 brasileiros para saber o que pensavam disso. Primeiro é importante dizer que dos 850 milhões de hectares que tem o Brasil, segundo o Ministério do Meio Ambiente, dos 850 milhões, 500 milhões de hectares são florestas. O Paraná tem 18 milhões de hectares. O Brasil tem 500 milhões que são florestas. Trezentos e cinquenta milhões já são áreas desmatadas, destes 260 milhões são áreas para agricultura e pecuária. Significando 70 milhões de hectares para agricultura e 190 milhões de hectares para pecuária. O resto são Cidades, estradas e áreas que não têm possibilidade nenhuma, são lagos, rios, cachoeiras e assim por diante. Temos 70 milhões de hectares no Brasil destinados à pecuária.

Agora, conhecemos a pecuária brasileira, que com raras exceções é o cidadão que compra lá 100, 200, 300, mil hectares ou alqueires, dependendo do Estado, e bota

lá um boi por hectare. Em qualquer lugar do mundo isso é questionado, mas no Brasil, ao invés de quatro, cinco cabeças por hectare, bota uma e acha que está produzindo, está fazendo muita coisa.

Pois bem, ao consultarem a população brasileira, o Data Folha chegou à seguinte conclusão e publicou isso: 94% dos brasileiros querem que cesse a derrubada, mesmo que o preço seja o encarecimento da produção. Por curioso que seja, o brasileiro já faz a conta do atacado e já vê o varejo, o preço do produto lá e mesmo aumentando o preço do produto, ele acha que deve. Noventa e quatro por cento, contrariamente ao Estado de Santa Catarina, quer que seja mantida a legislação e são contra qualquer derrubada. Onze por cento defendem a anistia para quem já desmatou; 85% quer punição, mesmo que encareça os alimentos.

Segundo o Data Folha, 91% defendem que a lei deveria ser mais rigorosa; 5% acha que pode deixar como está; 4% dos entrevistados acha que a lei tem que ser menos rigorosa.

Não vim aqui para falar da pesquisa, mas para colocar a situação. O problema existe, ele está aí, tem que se dar uma solução. O Brasil quer ampliar a produção. Nós temos terras, existe a lei e existe o agricultor, e muitos são agricultores, são pecuaristas que precisam da terra para plantar.

A lei quer tão-somente que seja dada uma oportunidade para que a natureza se recicle, que haja biodiversidade. Entretanto, quer isso numa área comprada na propriedade privada de um agricultor, de um pecuarista.

Acho que essa questão, por mais que eu defenda a questão ambiental, não consigo entender isso. Porque o cidadão pode comprar uma área de terra na Cidade, e hoje em dia Londrina tem condomínios com 3 mil m² de terreno e ele não é obrigado a deixar uma árvore sequer dentro do seu condomínio, não precisa plantar grama, não há essa imposição.

De modo que a impermeabilização do solo, se ele quiser que aconteça, acontece, e se ele não quiser, não acontece.

No campo há, imperiosamente, a necessidade de preservação. Quanto custa o agricultor preservar uma imbuia de 500 anos, uma peroba, uma canela, uma araucária, e quando digo essas árvores não estou falando de preservar apenas a árvore. É preservar a árvore, que preserva o animal, que preserva o fungo, a bactéria, o vírus e toda rica biodiversidade, que é fundamental para a produção. Essa contabilidade ninguém faz.

Curiosamente, acabei conhecendo uma experiência da água da Cidade de Nova Iorque, que não precisa ser tratada, porque ela vem de 200 quilômetros de distância, de nascentes que são pagas pelo erário para que o produtor as proteja. Assim como é feita uma experiência semelhante aqui na Cidade de Extrema no Sul, de Minas Gerais, que o Deputado Luiz Accorsi lá esteve e conheceu a experiência.

Assim é feito em Apucarana, onde a SANEPAR já está designando 0,8% da tarifa do seu faturamento para que se preserve as nascentes, porque em Apucarana é um espigão onde nasce alguns mananciais, inclusive Cidades como a de Maringá.

Ou seja, o pagamento por serviços ambientais, mesmo que vagarosamente, começou a existir no mundo e no Brasil. Eu digo aqui em Apucarana, não precisamos ir a Minas Gerais. Isso significa que essa discussão do Código Florestal Brasileiro, por mais que ela seja amarga para os ambientalistas, por mais que possamos dizer isso, está fora de compasso, fora de esquadro, numa época errada. Ela é absolutamente bem-vinda, não no sentido do desmatamento, no sentido de restringirmos as áreas de preservação, mas no sentido de encontrarmos alternativas que deem ao produtor rural uma chance de ser recompensado, reconhecido pelos serviços ambientais que faz. E faz muito bem e ninguém faz como ele.

Nesse sentido, não é a mudança do Código Florestal Brasileiro que deve ser defendida, e sim o pagamento por serviços ambientais que, obviamente, sabemos que é muito mais recompensador. Além de crimes ambientais, que completou 10 anos, não fez absolutamente com que se estancasse o desmatamento na Amazônia Legal, e em Cidades e Estados. Pelo contrário, está aí Santa Catarina legislando na contramão. Entretanto, não se trata apenas de punir quem faz o errado, como a Lei de Crimes Ambientais faz. Mas sim, bonificar quem faz o certo. E se o produtor está fazendo o certo, ele tem que ser recompensado. Este é o raciocínio.

Por isso, acho que a pesquisa do Data Folha vem num momento auspicioso. É fundamental que esta Assembleia faça um debate mais rigoroso, mais amplo com a sociedade paranaense, para que possamos, efetivamente, instituir o pagamento por serviços ambientais.

O Deputado Elton Welter já tem um projeto que tramita neste sentido. Eu mesmo tenho um projeto que indica quais poderiam ser as fontes de recursos que o Estado poderia lançar mão. Temos, por exemplo, que mudar o ICMS Ecológico no Estado do Paraná. Não precisamos dar dinheiro para o Prefeito, que bota este dinheiro no caixa e vai construir o correto para a banda tocar música. É preciso que este recurso do ICMS Ecológico vá para o produtor que preserva a nascente, o rio, as árvores.

Por isso, esta é uma das pequenas fontes Londrina, por exemplo, recebe 1 milhão e meio de ICMS Ecológico. A pasta de meio ambiente não vê um centavo disto, porque este dinheiro vai para pagar outras despesas do Município.

Então, acredito que, desapaixonadamente, se é que é possível se conduzir assim, com relação à discussão do Código Florestal Brasileiro, ele é bem-vindo neste momento, desde que tenhamos uma alternativa para oferecer. Nada de negar esta discussão, pelo contrário. Vamos cortar esse limão e, como se diz no ditado, fazer uma bela limonada.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Cumprimento V. Exa. e quero parabenizar pelo seu pronunciamento.

É uma preocupação que realmente estamos tendo, inclusive a Comissão de Agricultura nesta Casa está promovendo várias Audiências Públicas para discutir o Código Florestal. É impressionante que as Audiências, até agora foram realizadas duas, e nas duas Audiências o que conseguimos perceber por parte dos agricultores, das entidades que representam a agricultura familiar, que são várias que estão participando e levantando propostas, vão justamente na linha do vosso discurso, que não é a questão de mudar o Código de Lei Florestal. Mas é, sim, uma forma de compensar os agricultores por preservarem, por deixarem de produzir e preservarem e cuidarem do meio ambiente.

É uma das questões que temos defendido muito aqui. A Deputada Rosane Ferreira também tem tido esta preocupação, com relação a que o agricultor tenha a responsabilidade de cuidar do meio ambiente. Mas, a responsabilidade também não é só dele, é de quem mora na Cidade e de quem mora no interior. É por isso que temos que fazer este debate mais amplo. V. Exa. tem razão quando fala que precisamos trazer ao debate.

Estamos buscando isto, neste momento, como Comissão da Agricultura, estamos com entidades ligadas à agricultura. São muito importantes as propostas que estão vindo. O nosso objetivo é, ao final desta rodada de Audiências, elaborar um documento e levar esta proposta até Brasília, para a qual esperamos uma atenção especial.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Muito obrigado, sou eu quem agradece e tenho ciência do trabalho de V. Exa. É uma pena que, nestas duas Audiências primeiras que V. Exa. fez, eu não tenha podido comparecer. Mas, vou a elas, sem dúvida nenhuma, porque creio na forma absolutamente impecável de coleta de informações que V. Exa. está dando e oportunidade de debate aos agricultores do Paraná.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acredito que este debate esteja apenas começando. Agora, não podemos substituí-lo por uma “penada”, uma “canelada”, que alguém de pouca consciência, ou com os nervos à flor da pele, lá em Brasília, resolva fazer, como Santa Catarina fez, o que foi uma lástima para todo o País. Mas, espero que tenhamos aqui no Paraná lucidez para agirmos nessa direção, portanto, de maneira diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Grande Expediente com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Gostaria, inicialmente, de prestar aqui a minha homenagem, nesta segunda-feira, a todos os torcedores do Clube Atlético Paranaense, que ontem sagrou-se Campeão Paranaense de Futebol, em um espetáculo extraordinário da sua torcida que, ao longo dos últimos jogos, vem demonstrando um grande entusiasmo e mostra que a torcida atleticana está consciente de que a paz deve reinar dentro dos estádios de futebol. Quero cumprimentar a diretoria do Atlético, da qual inclusive o nosso companheiro Deputado Alexandre Curi faz parte, cumprimentar o Presidente do Atlético, cumprimentar também o Presidente do Conselho, o meu amigo Gears, os jogadores, a equipe técnica, o técnico Geninho, que é um técnico querido pela torcida rubro-negra, e cumprimentar também a maior torcida organizada do Brasil, que é a torcida Os Fanáticos, coordenada pelo meu amigo Julião, Vereador na Câmara Municipal de Curitiba e Presidente daquela torcida, que tem como Vice-Presidente o Suk. Já tive a oportunidade de visitar a torcida Os Fanáticos, do Atlético, e tenho uma admiração por essa torcida, não só pelo trabalho que eles fazem de alegrar os torcedores do clube, levando a vibração para dentro do campo, mas também pelos trabalhos sociais que são desenvolvidos pela torcida.

Nos próximos dias, inclusive, estarei procurando o Presidente da Os Fanáticos, assim como o Papagaio, que é o Presidente da Império, do Coritiba, e procurando também os Presidentes das torcidas do Paraná Clube e do Malutron, para juntos fazermos uma campanha, em parceria com a Comissão de Saúde, no intuito de arrecadar doação de sangue para os hospitais do Paraná. Hoje falta sangue em grande parte dos hospitais, e quando surge uma emergência, as pessoas que administram os hospitais têm que sair se mexendo aos quatro ventos, atrás dos veículos de comunicação, para pedir doações de sangue, e nós vamos organizar, junto com as torcidas organizadas, uma campanha: "Doe sangue pelo seu Time". Vamos aproveitar esse amor que os torcedores têm por cada time para lançar esta campanha e ajudar a salvar vidas através do amor ao esporte.

O nosso amigo Luizinho, da Mesa, me corrige, porque falei em torcida do Malutron, mas é do J. Malucelli, futuro Corinthians do Paraná. E é verdade, porque o time J. Malucelli está adotando um novo nome, nós teremos o Corinthians Paranaense e tomara que descubram aqui no Paraná, em algum dia, um jogador com a qualidade do extraordinário Ronaldo, o Fenômeno, que é um exemplo de superação, é uma pessoa que soube enfrentar adversidades e momentos extremamente difíceis na imprensa com a cabeça erguida e que voltou aos campos de futebol, hoje, dando uma verdadeira alegria a todos aqueles que amam o esporte, a todos aqueles que gostam de futebol.

E aproveitar o momento para comunicar que nós próximos dias estaremos iniciando a fase 2009 do Bom de Bola, que é um projeto da Parati Massas e Biscoitos, que foi lançado no Paraná durante a nossa gestão como Secretário Estadual do Esporte e Turismo, e que terá agora uma parceria com esta Casa Legislativa através da TV SINAL, conforme conversas prévias que já realizamos com o Presidente Nelson Justus e com o Diretor de Comunicações, Davi Campos. Estarei trazendo mais informações sobre o Bom de Bola nos próximos dias, e a meta para esse ano é que participem do projeto pelo menos 40 mil crianças de todo o Paraná.

Mas, Sr. Presidente, ocupo a tribuna na tarde de hoje para pedir aos nobres Deputados, sejam eles da Oposição ou da Situação, e acredito que poderemos contar com o apoio do Deputado Romanelli e da sua bancada nesta moção que apresentamos hoje, para registrar aqui uma visita que, a meu ver, é bastante indesejável no nosso País. O Presidente da República estará recebendo na próxima quarta-feira o Presidente do Irã, e eu nada tenho contra o povo iraniano, pelo contrário, tenho amigos que são descendentes de iranianos, sou neto de imigrantes árabes, e pessoas que vieram do Líbano para o Brasil e que construíram a sua vida no Brasil. Mas, o Presidente do Irã tem se mostrado uma pessoa extremamente violenta, é um País que hoje está com a bomba atômica desenvolvida, é uma pessoa que vem negando a existência histórica do holocausto, que afirmou publicamente que ira destruir o Estado de Israel, é um Presidente que permite o apedrejamento de mulheres no seu País. Portanto, para marcar a nossa posição...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, acompanhando aqui na internet as notícias, está no site do nosso jornalista Fábio Campana que o Presidente não virá mais ao Brasil, está agora neste momento, 15h56, o Presidente do Irã não virá mais ao Brasil. Deveria sair hoje, mas não vem mais. Só para colaborar com V. Exa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço a sua colaboração e torço para que realmente o Presidente do Irã não venha ao Brasil, porque tenho certeza que embora o Brasil deva receber qualquer autoridade estrangeira que decida aqui comparecer, temos que repudiar toda e qualquer forma de totalitarismo, toda e qualquer forma de discriminação racial, temos que repudiar o terrorismo. E acredito que seja importante a aprovação dessa moção de apoio, mesmo com a não vinda do Presidente do Irã, e provavelmente esse cancelamento ocorreu porque o Presidente Lula é um homem inteligente, que conhece o pensamento da sociedade brasileira, e deve ter constatado que a repercussão da presença do Presidente do Irã o nosso País, como almejava o Ministro das Relações Exteriores,

Celso Amorim, seria extremamente desgastante para o Presidente Lula, no momento em que vive uma lua-de-mel com a política internacional, recebeu elogios inclusive do Presidente norte-americano, Barack Obama. Seria bastante contraproducente para o marketing pessoal e político do Presidente Lula aparecer na foto com um alucinado como este Presidente do Irã, o Mahmoud Ahmadinejad.

De qualquer maneira, acredito que devemos apoiar essa moção de repúdio, diretamente ao Presidente, é uma moção de repúdio ao totalitarismo.

Vou ler aqui, Deputado Luiz Claudio Romanelli, e dizia há pouco que espero contar com o seu apoio, porque V. Exa. lutou pela redemocratização neste País. Jamais V. Exa. defenderia um regime totalitário.

(Lê):

REQUERIMENTO: MOÇÃO DE REPÚDIO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, a aprovação de moção de repúdio ao totalitarismo, de toda e qualquer forma, a discriminação racial e ao terrorismo, por ocasião da visita do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil.

Justificativa: Ocorre que a vindo ao Brasil, de um ditador que adota práticas violentas, antissemitas, anti-democráticas e contra as liberdades civis, religiosas, étnicas, sexuais, políticas e culturais. O Brasil é um País que avança rumo à consolidação da democracia e, em especial, no Paraná, as colônias árabes, israelita e demais etnias e crenças religiosas se relacionam de forma extremamente amistosa.

A disseminação do ódio entre os povos e dos preconceitos contra pessoas de toda e qualquer raça, ferem a Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e mesmo o bom senso. Portanto faz-se necessário que este documento seja enviado ao Itamarati e chegue às mãos do citado Chefe de Estado Iraniano, para que fique clara a postura de nosso País, dos paranaenses e mesmo dos descendentes de imigrantes árabes, como é o caso deste Parlamentar, contra todas as atividades belicistas e totalitárias do mesmo.

O Deputado Jocelito Canto nos informa que acabaram de cancelar a vinda do Presidente Ahmadinejad ao Brasil.

Espero que isto se confirme, mas mesmo assim acho que é válida a aprovação dessa moção de repúdio para que não passe em branco a posição, que sei ser majoritária, nesta Casa de Leis, contra toda e qualquer forma de ditadura, racismo. Até porque o nazismo é proibido por lei em nosso país, inclusive com penas estabelecidas pela legislação vigente.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Quero deixar claro a V. Exa. que estranhei muito a coluna do Celso Nascimento de hoje, porque ela dizia, desde logo, que eu seria contra a aprovação da moção de repúdio. Pelo que Exa. disse, um repúdio às posturas, às posições e não à pessoa do Presidente do Irã.

Recentemente até houve um repúdio às posturas e atitudes do líder iraniano na Assembleia Geral das Nações Unidas, por conta dos posicionamentos antissemitas que o líder iraniano vem tendo.

Como tenho um relacionamento muito afetuosos, especialmente com a colônia israelita, e de fato negar o holocausto é negar a história do massacre de 6 milhões de judeus no mundo, é uma postura inaceitável do que aconteceu na história. Entendo que o Presidente Lula, quando decidiu receber o líder iraniano no Brasil, fez para marcar uma postura de independência da nossa política externa. Entendo que devemos nos relacionar com todos os líderes estrangeiros.

Ao mesmo tempo, quero dizer a V. Exa. que transforme moção de repúdio em moção de protesto, porque, na minha avaliação, o termo repúdio é muito forte. Então, tire repúdio e coloque protesto desta Casa, que V. Exa. tem meu endosso. Até porque também não aprovo a conduta, muitas vezes, totalitária, contra os princípios da democracia e, especialmente, em relação às posturas antissemitas do líder iraniano, mas tire a expressão repúdio, coloque protesto, que tem a mesma força. E vou dizer mais, do ponto de vista diplomático, vai se ter um entendimento claro em relação, porque no protocolo diplomático, moção de protesto tem uma força muito importante, maior do que de repúdio que, provavelmente, não vai ser nem entendido. Moção de protesto, Deputado Ney Leprevost, não tenho dúvida que vai ser entendida por todos em relação a esta Casa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Deputado Romanelli, se for para aprovar o requerimento, não tenho problema nenhum em mudar o termo repúdio para o termo protesto. Embora o que eu coloco aqui é repúdio ao totalitarismo de toda e qualquer forma, à discriminação racial e ao terrorismo. Evidentemente, repudio essas práticas, não só protesto contra as mesmas, mas se for por uma questão formal e se o senhor assume o compromisso de orientar sua bancada e votar a favor do requerimento, desde que o termo repúdio seja alterado para protesto, não tenho o menor problema em fazê-lo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Se V. Exa. fizer essa modificação seria importante e fica uma moção de protesto da Assembleia Legislativa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Então, estamos já combinados. Agradeço e acho importante que o senhor tenha se manifestado para que não pare nenhuma dúvida. Nunca tive dúvida alguma de que o senhor também não compactua com essas práticas.

É evidente que sabemos da sua postura democrática, conheço o senhor há muito tempo. Às vezes, temos divergências pontuais, temáticas, sobre um assunto ou outro do Governo do Estado. O nosso relacionamento, nesta Casa, é excelente. Tenho certeza que o senhor não compactua com a postura do Presidente iraniano.

Fico feliz que haja uma expectativa de cancelamento da vinda do Presidente iraniano. Parece que a fonte do Deputado Jocelito é muito bem informada, mas acho que não custa nada aprovarmos essa moção de protesto. Pelo menos marcaremos a posição desta Casa, porque o Paraná é um Estado onde todas as etnias, todas as raças, de todas as religiões convivem em harmonia, dentro de um espírito democrático. Nosso respeito tanto à colônia israelita quando à colônia iraniana do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do eminente Deputado Cheida, que falou com muita propriedade, pelo conhecimento que V. Exa. tem, quando fez referência ao posicionamento do Ministério da Agricultura em relação ao novo Código Florestal Brasileiro. É o tema que está na discussão e que preocupa, sem sobra de dúvidas, os agricultores do nosso Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Sobre esse tema, Deputado Cheida, V. Exa. faz referência, já que o senhor foi Secretário do Meio Ambiente do Governo do Estado, e conhece melhor do que nós a questão do meio ambiente e aquilo que precisa ser feito,

Sempre defendemos a questão do meio ambiente, mas não dá para radicalizar nem de um lado e nem do outro. Não podemos impedir que o nosso produtor produza, nós precisamos. Precisamos das nascentes de água, precisamos da água, que é bem mais precioso. E há alguém que diz que a água poderá faltar para a humanidade. Nós, no Paraná, temos a felicidade de sermos abençoados pela própria natureza, rico em água até no subsolo, temos o aquífero Guarani, quer dizer, estamos abençoados.

Na semana passada, estivemos presentes, segunda-feira, em Brasília, quando na CNA se discutiu com diversos Deputados Estaduais de diversos Estados da nossa Federação, lá na CNA. Acompanhei, agora no final de semana, e naquele dia a Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Senadora Kátia Abreu, disse que estariam reunindo, na segunda-feira, os Deputados

Estaduais do Brasil inteiro, durante a semana, os Deputados Federais, os Senadores e, se não me falha a memória, na quarta-feira passada, no Senado da República, teve uma reunião com as mais diversas comissões do Congresso Nacional para discutir essa questão do Código Florestal Brasileiro. Existe, é claro, a questão das áreas consolidadas, e foi discutido muito, Deputado Cheida, que existe muitas pessoas hoje e sabemos que precisamos da floresta, mas precisamos encontrar um meio caminho. Há um técnico, e fizemos referência aqui na Assembleia Legislativa, que é importante que venhamos a conversar depois, na sequência desta Sessão, hoje e amanhã, para trazer um dos técnicos, o Gustavo Ribas, ele é técnico da EMBRAPA e tem estudado exatamente essa questão do meio ambiente. Ele também não concorda só com 20 metros, 30 metros de mata ciliar, 30, ou 50 ou 100 metros, ele diz que se levar em consideração o declive do barranco do rio. Se o rio está em uma várzea, ou se ele está em um canal, é a formação do solo, se é argiloso, se é arenoso, de que forma? Tudo isso tem que ser levado em consideração, mas o que ele diz também, e que é importante e que deve se levar também em consideração, são as áreas consolidadas.

Por exemplo, aqui no Paraná, o João comprou uma área de terra de 20 alqueires. O João comprou do Pedro. O Pedro já tinha comprado do Paulo. E esses 20 alqueires estão totalmente desmatados, existe apenas 5% dessa área em reserva florestal. Agora, quem causou o dano ao meio ambiente? Foi o João, o atual proprietário? Não. Não foi o atual proprietário, ele já comprou essa propriedade, quer dizer, e todos os órgãos governamentais haviam autorizado a transferência dessa área, ninguém cobrou.

Lembro-me muito bem, no passado, o Presidente da República, João Figueiredo, tinha até uma frase: “Plante que o João garante.” Quer dizer, o próprio Governo, através do Banco do Brasil ou outras instituições financeiras, financiavam o agricultor para desmatar 100% da sua propriedade. E, de repente, agora vamos penalizar.

Eu recebi na semana passada uma senhora de Nova Santa Rosa, a Dona Rosane, ela me disse o seguinte: “Deputado, até para convencer aqueles ambientalistas, muitas vezes as pessoas da Cidade entendem que é o agricultor o grande responsável pela poluição das águas e dos rios, quando na verdade não é o homem do campo quem polui o rio. A grande poluição acontece nos centros urbanos”. E não vamos longe, não é que ele é culpado, porque não existia uma fiscalização.

Aqui, próximo à Assembleia Legislativa, temos o rio Belém, que é o mais poluído. Temos o rio Barigui, que nasce, sai poluído da Cidade e vai para o interior. O homem do campo, que usa a sua terra para sustentar a sua família, produzir alimentos para a humanidade o Brasil e no mundo, ele é penalizado.

Essa senhora, muito simples, de Nova Santa Rosa, me disse: “Deputado, se nós, agricultores temos que

entregar 20% da nossa área, para reflorestar, para criar a reserva florestal, seria a mesma coisa para as pessoas da Cidade, ou para o empregado, entender que tem que tirar 20% do seu salário. É isso que nós, agricultores, vamos sentir na nossa pele.”

Respectivamente, na sequência, concedo um aparte, primeiramente, ao Deputado Cheida e depois aos Deputados Plauto e Zucchi.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas dizer que a minha posição não é contrária à que V. Exa. está defendendo. Aliás, por defender o homem do campo, é que acho que ele tem que receber para preservar. Se ele está fazendo uma preservação que não é para ele, é para a humanidade, é para a sociedade, ela tem que pagar. Isso não existe! Acho que nos princípios da nossa legislação, ao tratar de forma desigual os desiguais, é isso que se trata, se são pessoas que trabalham de uma certa maneira, não podem ser tratados como todos.

Na Cidade, isso vai acabar acontecendo. O cidadão que separa o lixo daquele que não separa, teria que ter um tributo diferente, diferenciado, para estimular quem faz o certo. Não necessariamente punir quem não está fazendo certo. Apenas punir quando ele faz o errado.

A discussão do Código Florestal Brasileiro permite essa discussão. Acho que se ela vier abruptamente imposta dentro do Congresso, como tenho visto os pronunciamentos da Senadora Kátia Abreu, não vai fazer o bom serviço que imagino que possa fazer para a sociedade brasileira.

Por isso, acho que o Paraná pode dar um exemplo, contrariamente do que fez Santa Catarina, que foi lá e, em uma canetada da Assembleia Legislativa, reduziu as matas ciliares, indistintamente, o que é uma estupidez e uma burrice. Perdoem-me os nobres colegas de lá, mas não há bom senso que defenda isso. Vamos discutir para ver como é que vamos recompensar quem preserva e produz.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Elio, com atenção ouço o seu pronunciamento, que é importante. É um momento em que vivemos no Brasil e no planeta. Com relação ao nosso País, a reforma do Código Florestal, que hoje tem nome: Código Ambiental.

Na década de 80, para relembrar, o Governo do Estado do Paraná, através da CAFE do Paraná, incentivava a drenagem de banhados no nosso Estado. Vários proprietários tomaram os serviços da CAFE do Paraná, uma empresa do Governo do Estado, fazendo com que várias áreas de várzea pudessem ser drenadas, para que elas pudessem passar a produzir. O tempo passou e hoje

as áreas de várzea são áreas de preservação permanente. Está se inviabilizando e se proibindo a plantação nessas áreas.

Então, os tempos mudaram. Tudo o que foi feito no passado, foi porque a legislação permitia. As mudanças na legislação vêm acontecendo, ano a ano, passo a passo, e têm que se adequar a essa situação. Sempre digo que é possível produzir preservando. Agora, o radicalismo dos órgãos ambientais e dos integrantes dos órgãos ambientais é que não dá para aceitar, penalizando o pequeno, o médio e o grande produtor. É no equilíbrio que vamos poder arrumar toda essa situação.

Com relação ao que o Deputado Cheida falou, é importantíssimo receber para preservar. Nos Países desenvolvidos, como nos Estados Unidos e nos Países europeus, todos eles no passado exploraram, acabaram com suas áreas de floresta. Naturalmente, agora que eles são Países ricos, porque exploraram a sua mata e produziram, a indústria está nesses Países com força total, eles querem que o nosso País, em desenvolvimento ainda, que o Brasil preserve. Tudo bem. Preservar? Correto. No estágio que está o planeta hoje, temos que preservar, mas não é justo aqueles que exploraram no passado, o meio ambiente, venham agora exigir os que estão em desenvolvimento. Aqueles que são ricos têm que pagar para aqueles que estão preservando o meio ambiente. E o Brasil entra nesse meio. O Cheida tem um projeto importante, que vai proporcionar com que os pequenos proprietários possam preservar, recebendo um valor por aquela área, para que ele possa viver e se sustentar da sua propriedade rural.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, usar o horário da Liderança da Oposição, para que possa ceder um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário da Liderança da Oposição.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Elio Rusch, agradeço a V. Exa. pelo aparte.

É um tema que exige bastante equilíbrio para discutirmos essa questão. Oitenta e dois por cento da população vive no meio urbano. Não é devido apenas ao trabalhador rural, ao proprietário rural, à preservação do meio ambiente. Se fosse para fazer uma análise, vamos preservar as margens dos rios nas propriedades rurais? Vamos. Mas, e os rios que atravessam as Cidades, quem indenizaria os prédios, as construções que estão ao lado dos rios, aonde se concentra a maior parte da população?

E aí diríamos que o produtor rural tem que preservar, é verdade. Costumo dizer que uma fonte de água vai valer uma propriedade, pelo tamanho da importância que tem a preservação das nossas águas.

Já não é tarde e vemos que várias regiões têm secas sucessivas. É um problema ambiental grave. É preciso que tomemos algumas medidas no sentido da preservação. Agora, é preciso pagar pelo serviço ambiental. O agricultor que preserva um manancial, que abastece Curitiba, ele deve receber. Ele deve ser o guardião das águas, deve ser o parceiro da preservação ambiental daquelas águas e não como já ouvi aqui propostas de cobrar o uso da água do agricultor. Se tem algum lugar que ainda você pode pegar um copo e pegar água *in natura* e tomar, é em alguma propriedade rural deste Paraná. Aqui no rio Belém, duvido que alguém se arrisque a fazer isso. Quem tem coragem de entrar no nascedouro do rio Iguaçu, nas redondezas de Curitiba? Ninguém tem essa condição, porque vemos que os rios estão totalmente poluídos.

Então, a preservação ambiental, como diz o artigo 225 da Constituição, é direito de todos e dever de cada um. Todos temos o dever de preservar. Então, quando se fala na alteração do Código Ambiental, que este código não sirva apenas para tentar prejudicar, quem sabe, alguns agricultores. Digo da seguinte forma: se formos analisar declividade, em Caxias do Sul, em Bento Gonçalves, vamos acabar com o cultivo da uva, por exemplo. Temos a obrigação de saber que o solo, quando bem manejado, ele pode ser utilizado muitas vezes numa situação de declive, diferente daquele solo plano, que muitas vezes tem uma composição que não dá para fazer o seu cultivo. Não é porque o solo é plano que podemos cultivar; e não é porque o solo tem um certo declive que não pode ser feito nada nele.

Então, Deputado Elio Rusch, é procedente o seu pronunciamento, é uma questão complexa. Não podemos tratar a Amazônia igual ao Paraná. Estamos em outro estágio. É preciso pensar que aquele agricultor que tem 15 hectares de terra e que tem um rio que passa na sua propriedade, a preservação vai inviabilizar a sua propriedade e o seu prejuízo tem que ser compensado pelo Estado, porque ele está fazendo um bem público. Acho que se usar o bom senso, podemos chegar a um entendimento melhor com relação a essa questão da preservação. E repito, dever de todos e direito de cada um. Todos temos esse equilíbrio para encontrar, com relação a esta questão do meio ambiente.

Então, agradeço o seu aparte. Acho que este é um assunto que não se esgota e também não adianta fazer uma lei como foi feita em Santa Catarina, porque há poucos dias, inclusive, Santa Catarina passou por uma situação terrível, alagou tudo, gente morreu, etc e tal.

Então não é possível se fazer uma lei aonde, a despeito, inclusive, obviamente, de preservar algumas particularidades do Estado, de fazer uma lei que só vale para lá. Não. Acho que tem que se praticar as particularidades, mas preservar o global, que é encontrarmos uma proposta

que possa ter o ambiente preservado, mas que tenha também a possibilidade de compensarmos especialmente aqueles pequenos agricultores, no caso dos agricultores que vão perder parte de suas propriedades.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado, e dizer que acho que pela primeira vez que os pequenos agricultores do nosso estado e do Brasil devem entender, Deputado Zucchinho, Deputado Cheida, Deputado Plauto, enfim, todos os Deputados que participaram com seus apartes e que entendem da necessidade de fazer uma reforma do Código Florestal Brasileiro, respeitando a produção e também respeitando o meio ambiente, mas é pela primeira vez, Deputado Plauto, que se defende o pequeno agricultor, principalmente o pequeno e médio agricultor nesta questão do Código Florestal Brasileiro, porque tenho citado que quem tem 200 alqueires de terra tem condições de comprar mais terra, mais próximo, ou num declive, ou mesmo na sua propriedade e continua sobrevivendo. Mas e o pequeno agricultor, que tem cinco hectares de terra, dois alqueires de terra, como vai reflorestar? Não tem condições de comprar, e se vai tirar 20% da sua propriedade, inviabiliza-a economicamente.

Agora, a questão da poluição, com muita propriedade levantada por todos, quem é o maior poluidor? Vamos falar a verdade: a SANEPAR, que é uma empresa do Governo do Estado, é uma grande poluidora. Ela coleta esgoto, que não é tratado 100% - nem em Curitiba, nem em Ponta Grossa, nem em Londrina, nem em Maringá, nem em Cascavel, nem em Guarapuava, nem Pato Branco, nem Foz do Iguaçu - e o que a SANEPAR faz? Ela coleta o esgoto, não trata e joga onde? Joga no rio. E o rio corre por onde? Sai da Cidade e vai para o interior. Aí sim o nosso agricultor é penalizado para tratar a água.

O IAP, a Secretaria, por que não fiscalizam a SANEPAR? E diga-se de passagem, a SANEPAR é do Governo do Estado, é uma grande poluidora. E tem que ter uma fiscalização nos centros urbanos, sim. Alguém disse: "Olha, o Código Florestal Brasileiro é como o Código de Postura da Cidade". Em determinada região aqui em Curitiba, de repente o Código de Postura permitiu você construir prédios, eu não sei, acho que já usamos este exemplo aqui, mas foi usado em Brasília, onde o Deputado Luiz Nishimori esteve presente, diz: "Olha, numa determinada região da Cidade você construiu um prédio e lá tem prédio de 15 andares. De repente muda o Código de Postura da Cidade e só pode construir prédio de 12 andares." O que você vai fazer? Tem que derrubar três andares daquele prédio? Ou esse prédio vai permanecer?

Aí que isso serve de reflexão para as pessoas que não tem a vivência do homem do campo. Isto tem que servir de exemplo de como sofre o homem do campo e o agricultor, apesar de todas as intempéries, falta de chuva, seca, agora se cria, já falei aqui semana passada, a

imprensa toda noticiando, a gripe suína. Que gripe suína é esta? Não existe gripe suína. A mídia está dizendo: “Olha, agora estão chamando de gripe A ou uma nova gripe, mas continuam falando de gripe suína. E o homem da Cidade, que não conhece a realidade, que não conhece a agricultura, tem medo, começa a ter medo de consumir carne suína. Pode consumir, que a Organização Mundial da Saúde já disse e afirmou que essa gripe não transmite de animal para ser humano, mas é de humano para humano.

Então, o agricultor já sofre demais e ainda mais agora com essa fiscalização louca, daquelas ONGs loucas, que vêm de outros Países, aqui no nosso Brasil, aqui no Paraná, dizendo o que temos que fazer.

O Sr. Luiz Nishimori (PSDB)

Gostaria de me somar ao seu pronunciamento, parabenizar V. Exa. e dizer que o Código Florestal de 1965 - já se passaram 40 anos - tenho certeza que temos que modificar esse Código Florestal. Sem dúvida a APPS, mata ciliar é muito importante e temos que preservar nossos rios, nossos córregos, subsolo e tudo isso a mais. Porém, a questão da reserva legal, tenho muitas dúvidas. Realmente a APPS precisa da textura, da espessura, do declínio de solo. E dizer que a questão da reserva legal, a União estabelece as normas gerais e nós do Estado vamos estabelecer normas específicas, particularidades do local.

Portanto, sou a favor de fazer um novo projeto aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, para poder ajudar nossos pequenos agricultores, que estão sofrendo muito com a estiagem e várias outras coisas, e ainda a questão do Código Florestal.

Muito obrigado.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Apenas para informá-lo que existe um estudo. O professor Luiz Lucchesi, da Universidade Federal do Paraná, tem esse trabalho em mãos, que 1 mil e 800 pontos de despejo ilegal de esgoto ainda não foram resolvidos pela SANEPAR. Aqui em Curitiba existem 1 mil e 800 pontos, ou mais, de despejo de esgoto nos rios. Quer dizer, Curitiba é uma Cidade que hoje está cercada, é quase que uma ilha cercada por rios de fezes por todos os lados. Isso é muito preocupante, temos que discutir mais esse tema e cobrar da SANEPAR, providências, porque quando estamos pegando a conta de água, estamos ali pagando o tratamento de esgoto. Isso é responsabilidade da SANEPAR e temos que cobrar medidas para resolver esse problema.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente Nelson Justus, V. Exa. que foi Presidente da SANEPAR, foi Secretário de Estado, e para nossa satisfação é Presidente desta Casa. Os 80% que a SANEPAR cobra acima pelo consumo da água é para tratamento de esgoto.

Acho que caberia, Deputado Ney, fazer um estudo efetivamente, aproveitar o trabalho desse professor, de quantos por cento do esgoto é tratado no Paraná pela SANEPAR. Se a SANEPAR trata apenas 60%, ela poderia cobrar 60, dos 80% que cobra. Não é justo cobrar 80% de todos os consumidores de água onde tem esgoto, mas o esgoto não é tratado 100%, é tratado 50%. Então, existe um lucro exorbitante, injusto para a SANEPAR nas custas do consumidor de água no Estado do Paraná. É um tema que vai preocupar a sociedade do Brasil.

Os Deputados Zucchinho, Cheida, falaram com muita propriedade: não dá para comparar a Amazônia com o Sul, não dá para comparar a Região Oeste com os Campos Gerais, não dá para comparar o Oeste com o Nordeste do Estado. Temos solos diferentes e tem que ter um manejo diferente também. Tem que ter muita cautela, muito cuidado para que não venhamos a prejudicar ainda mais o sofrido homem do campo do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vim falar hoje dos 97 anos do nosso Operário, em Ponta Grossa, que completou no dia 1º, 97 anos, e que também dia 1º realizou a sua estréia na divisão de acesso na 2ª divisão.

Começamos com o seu Atlético, vencendo por 3x2, um jogo bem difícil. Maringá deu uma melhorada boa, foi um jogo bastante animado, um bom time e acabamos ganhando de 3x2. Mas o que nos chamou a atenção, Sr. Presidente, V. Exa. que já ajudou o Clube em 2006, quase 7 mil pessoas no estádio, com 6 mil 250 pagantes, uma renda de R\$ 62 mil no jogo do Operário no dia 1º, uma das maiores arrecadações dos últimos tempos. O Deputado Plauto estava lá, acompanhou e viu a festa da torcida. O que nos anima de tudo isso, sabemos que a Capital do Paraná é Ponta Grossa, o primeiro jogo de futebol jogado neste Estado foi em Ponta Grossa, foi o Ferroviário que fez o primeiro jogo de futebol do Estado do Paraná.

Agora, caminhamos a volta do Operário na 1ª divisão, porque primeiro é um time que tem torcida; segundo que estamos a 100 quilômetros de Curitiba, o que é uma vantagem para os clubes da Capital jogarem em Ponta Grossa.

Claro que o clube carece de alguns investimentos, o nosso estádio é bastante antigo, precisa passar por reformas, ainda sonhamos muito com aquela proposição do Vice-Governador Orlando Pessuti, no sentido de que possamos ter uma das equipes que vier para a subsede de Curitiba, possa treinar em Ponta Grossa, pelo menos por 15 dias, que é aquele período que uma seleção fica numa Cidade, como o Brasil já ficou próximo da sede onde disputa essa etapa inicial da Copa do Mundo.

Estamos nos preparando, temos em frente ao Estádio um belíssimo hotel, moderno, novo, recentemente construído, que abrigaria qualquer seleção do mundo sem problema nenhum. Em questão do alojamento estamos tranquilos.

Precisamos passar por uma reforma do nosso estádio do Operário.

Queria neste dia usar o horário do nosso partido e falar em nome de todos os torcedores, homenagear o nosso Presidente Carlos Roberto Iurk, que faz uma gestão exemplar do nosso Operário.

O Operário está caminhando no sentido de colocar em ordem todas aquelas situações, lá de trás, situações difíceis, complicadas, que vêm de muitos anos atrás, o Operário vem saneando as questões financeiras graças à competência do nosso Presidente Carlos Roberto Iurk, e um grupo de gestores que hoje está lá nos ajudando a tocar o esporte em Ponta Grossa, e principalmente o time do Operário, sem contar a valorização.

O estádio é composto por pessoas de todas as linhas da sociedade, temos lá o povão, as pessoas que têm mais condições, crianças, mulheres no campo, é uma festa.

Ousaria até fazer aqui um pronunciamento dizendo que a nossa torcida é uma das maiores do Paraná, em relação ao número de habitantes que Ponta Grossa tem e por estar na 2ª divisão.

Nesse dia quero registrar aqui, com muito carinho, os 97 anos do Fantasma Operário, que esse ano se organizou de uma forma diferente, constituiu um time profissional, um time de experientes jogadores, e não tenho dúvidas que vamos caminhar para uma belíssima apresentação, se Deus quiser.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Estive presente no jogo e fiquei entusiasmado de ver a presença da população de Ponta Grossa, dos torcedores que lotaram o Germano Krüger para assistir o Operário estreando este ano, tentando buscar o caminho para tentar chegar no 1º turno. Apoio da torcida tem, time tem, porque venceu o oponente, o Guatemi de Maringá, que lá estava jogando. E espero que no decorrer do ano ele possa fazer sua caminhada chegando ao 1º turno no Campeonato Paranaense e naturalmente venha a fazer aquilo que todos nós queremos: fazer com que o futebol possa atrair as pessoas e o Operário possa levar alegria na 1ª divisão do Estado do Paraná para todos os moradores de Ponta Grossa e torcedores daquela Cidade.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado

Quero registrar que V. Exa. também foi um dos colaboradores em 2007, quando estávamos à frente do Operário, que colaborou todos os meses com uma quantia, para fazermos o time, naquele ano, participar.

Porque o Operário não ia participar desta Casa que ajudaram também e graças àquele início de 2007 que veio, em 2008, uma parceria mais importante, que hoje é constituída de profissionais do esporte, que são pessoas ligadas a grandes clubes.

Então, graças àquele começo, Presidente, que V. Exa. também foi um colaborador, conseguimos chegar a este grupo gestor que lá está, hoje. Acho que este vai ser o grande caminho, para uma grande vitória, e que o Operário possa se consolidar como um dos grandes clubes do interior.

Cumprimentamos, mais uma vez, a direção do Operário, o grupo gestor que lá está, nossa torcida, aos colaboradores, aos voluntários, a imprensa, cinco emissoras de rádio transmitindo os jogos do Operário. Está uma beleza. E acima de tudo, sem violência, nada de confusão. O torcedor é muito tranquilo em Ponta Grossa. Faz uma confusão boa, mas sem violência, o que é mais importante.

Então, fica aqui desde já o registro de cumprimentos ao nosso Operário Ferroviário, que se Deus quiser este ano vai subir para a 1ª divisão e no ano que vem, que Deus nos permita assombrar o vosso Atlético Paranaense.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicações nºs 543 a 547/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma Biblioteca Cidadã, para os respectivos Municípios: Itambaracá, Cornélio Procópio, Campo Magro, Pontal do Paraná e Porto Amazonas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 548 a 552/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de um aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: São Mateus do Sul, Dr. Ulisses, Cornélio Procópio, Sengés e Santa Tereza do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 553/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Paraná Esporte, estudos de viabilização para implantação de uma quadra poliesportiva integrada com academia da terceira idade, no Município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 554/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, estudos de viabilização para implantação de uma unidade de saúde no Município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 555/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, estudos de viabilização para execução de reforma do posto de saúde do Jardim Universitário, no Município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 556/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, execução de obra de pavimentação asfáltica do bairro Jardim Universitário, no Município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Recursos de Plenário em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente, contra a decisão pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 423 e 424/08, de autoria do mesmo. **Retirado pelo autor.**

Projeto de Resolução em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão. Em votação. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Sol Maior, com sede e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/09, anexos Projetos de Lei nºs 125/09 e 136/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de plenário, em número de 02 (duas), nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 124/09

Altera o parágrafo 1º, do artigo 7º do Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

§ 1º O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas registradas em seu nome.”

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

Apoio:

Edson Strapasson, Elton Welter, Dr. Batista e Jonas Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Uma lei que tenha por objetivo facultar que o usuário opte por receber ou não ligações de empresas de telemarketing e afins, não pode ter limitações quanto ao número de linhas a serem cadastradas, porque senão, perde seu objetivo quando o usuário possui várias linhas telefônicas em seu nome.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos.

Sala das Sessões, em 04/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

Apoio:

Edson Strapasson, Elton Welter, Dr. Batista e Jonas Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário não deixar nenhuma dúvida sobre a criação do Cadastro, tendo em vista que seu objetivo é limitar o acesso das empresas de telemarketing ou outras que façam uso de tal serviço, impondo-lhes sanções em caso de descumprimento.

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, eu não tinha conhecimento das emendas. Com certeza o projeto está retornando a CCJ e precisamos aprovar, sendo que acredito que será aprovado amanhã mesmo, para retornar para o Plenário, porque é de extrema importância o projeto que vamos votar, para que o Estado do Paraná seja o segundo Estado do Brasil a implantar o Cadastro Negativo para o Bloqueio de Recebimento de Ligações de Telemarketing. Esse projeto é de grande importância, porque todos os cidadãos paranaenses têm direito à privacidade. Nós recebemos ligações, muitas vezes no final de semana, ou em horários inconvenientes, de empresas de telemarketing oferecendo serviços de cartões de crédito e outras coisas que muitas vezes sequer precisamos. Por isso, precisamos realmente votar e aprovar esse projeto, mesmo porque essa lei também é um pouco mais ampla, sendo que ela vem dos Estados Unidos, do Projeto do Not Call, que se espalhou em todo o mundo e agora chegou ao Paraná, mas aqui no nosso Estado nós ampliamos o leque da lei para que a legislação também abranja as empresas de pesquisa política, essas empresas que fazem cadastros através de telefone, ligam nos finais de semana para as pessoas perguntando, fazendo questionamentos para se ter cadastro. E isso nós precisamos evitar.

Agora, Sr. Presidente, é importante deixar aqui registrado que para as empresas de telemarketing este também é um projeto benéfico no sentido de que as pessoas que não realizarem o cadastro negativo, através da internet, regulamentado pelo PROCON, são pessoas aptas a receber essas ligações e poderão recebê-las justamente como consumidoras em potencial. Portanto, as empresas de telemarketing, de call center serão, sim, beneficiadas, porque terão às mãos clientes para a compra de cartões, de benefícios ou de outras coisas que se oferece por telefone e não privarão de trabalho. E até mesmo podemos ampliar a questão do serviço dos call centers e dos telemarketings para pós-venda. Que o telemarketing faça o pós-venda das empresas privadas, enfim. Acredito que podemos, e a partir de amanhã teremos aprovado, com certeza, com a anuência dos nobres Pares, o Projeto da Restrição de Chamadas, Recebimento de Ligações de Telemarketing e Call Center no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, esse era o meu encaminhamento e agradeço a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, e posteriormente o Deputado Plauto Miró.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, acompanhando esse projeto, que já foi apresentado e já é lei em dois Estados do Brasil, em São Paulo e também no Distrito Federal, os projetos bons devem ser copiados. Acho que quando se tem algo de bom que outro Estado faz, hoje se usa bastante a internet, que é um mecanismo fantástico de se buscar os projetos, e como dizia o velho Chacrinha: “Tudo o que é bom se copia”.

Então, acompanhando esse projeto, colocamos duas emendas nele e que uma delas deixa o projeto como o original, que é o de São Paulo, que não limita o número de linhas, porque às vezes as pessoas tem mais do que três linhas em seu nome. Então, apresentamos duas emendas, que são extamente baseadas naquilo que é projeto original de São Paulo, não mudamos aquilo que foi apresentado em São Paulo, mantemos da forma original e assim acho que colaboramos também para continuar esse projeto e que ele possa ser realidade aqui no Estado do Paraná. Por isso, são duas emendas que não sei se haverá votação na CCJ amanhã, mas vamos torcer para que realmente sejam aprovadas, porque na verdade essas duas emendas vêm colaborar e deixar o projeto original, como saiu de São Paulo, sendo que é lei em São Paulo, no Distrito Federal e certamente será aqui no Estado do Paraná. As coisas boas devem ser copiadas, eu concordo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um projeto importante que votamos na Assembleia Legislativa em 1ª discussão, e hoje em 2ª discussão, que vai fazer com que as pessoas que não querem receber ligação de telemarketing possam cadastrar o seu telefone e naturalmente não mais vão ser importunados fora de hora com ligações dessas empresas que fazem o trabalho de telemarketing.

Eu coloquei há dias atrás, em torno de 60 dias, um projeto de lei que até agora não tive a resposta do Governo do Estado, que determinava o horário de funcionamento das empresas de telemarketing, fazendo com que elas pudessem trabalhar das 9h da manhã às 19h dos dias de semana, e nos sábados das 10h às 16h, fazendo com que um horário preestabelecido fosse oferecido para que essas empresas pudessem realizar o seu trabalho.

Esse projeto do cadastramento que o Deputado Marcelo Rangel aqui apresentou, um belo projeto, vai ter que fazer com que os proprietários de telefone cadastrem o seu telefone no PROCON. E muitas pessoas, nós sabemos, que têm o telefone celular, que recebem as ligações, mas não tem o acesso à internet, ou muitas vezes vão achar, por incômodo, de deixar de cadastrar o seu telefone.

Então, esse projeto nosso, que aguardamos a sanção do Governador Roberto Requião, porque esta Casa já assinou, acho que vai fazer com que a população esteja 100% atendida, aqueles que utilizarem esse projeto do Deputado Marcelo Rangel e o projeto que aprovamos nesta Casa, acredito que também vai oferecer a população do Estado do Paraná que está cansada de receber as ligações fora de hora. E só para lembrar, Deputado Nelson Justus, e a sua esposa, a Nilva, recebeu uma ligação de um telemarketing, inclusive era de um banco, tentando vender os seus serviços, eram 21h30, e isso não pode continuar no nosso Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Peteca, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** Em votação o projeto. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/09, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Plauto Miró, que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Jérôme Stoll. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. VOTO NOMINAL. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 077/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputados Elio Rusch e Deputado Plauto Miró, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jérôme Stoll.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Como se trata de título de Cidadão Honorário o voto será nominal. Vamos utilizar o painel eletrônico para isso. Os Deputados que foram favoráveis votam com a expressão SIM, os que forem contrários com a expressão NÃO. Está em votação o projeto. Votando.

Encerrada a votação. Vai se proceder a apuração: 29 votos SIM. Está **aprovado** o projeto.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dá denominação ao novo aeroporto internacional os Campos Gerais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 024/09, de 30/03/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 118/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 118/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto tem por escopo denominar Campos dos Olivieras o novo Aeroporto Internacional dos Campos Gerais. Tendo em vista o empenho do Deputado Marcelo Rangel em aprovar a implementação do Aeroporto Internacional dos Campos Gerais, com maior capacidade de movimentação de cargas para exportação de produtos da região.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional e legal.

Cabe primeiramente observarmos a competência para a proposição do projeto de lei.

No artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, assevera sobre iniciativa das leis ordinárias a qualquer membro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador - Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Com fulcro no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, demonstra que qualquer membro desta Casa de Leis, tem iniciativa e competência para propor projeto de lei ordinária, para a implantação do Aeroporto Internacional dos Campos Gerais, localizado às margens da BR-376, Município de Tibagi, na divisa com o Município de Ponta Grossa, com objetivo de aumentar a estrutura aeroportuária, idealizada para desafogar o tráfego do sudeste e saul brasileiros, bem como, desenvolvimento da economia da região.

A denominação do Aeroporto Internacional dos Campos Gerais, deverá seguir os regulamentos estabelecidos pela ANAC, órgão disciplinador das atividades aeroportuárias.

A Portaria nº 467/GC-5, de 11/06/01, baixada pelo Comandante da Aeronáutica, com vinculação à ANAC, estabelece critérios e procedimentos para denominação de aeroportos, *in loco*.

Art. 2º Sempre mediante lei especial, do âmbito federal, estadual ou municipal, para cada caso, poderá um aeroporto ou um aeródromo público ter o nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da aviação ou de um fato histórico nacional, compondo sua denominação.

§ 1º Na aplicação do disposto no caput deste artigo, o nome ou fato histórico designado deverá obrigatoriamente, ser procedido da denominação atribuída, nos termos do artigo 1º. (grifo nosso).

A denominação do Aeroporto Internacional dos Campos Gerais está expressamente prevista nos termos desta portaria, eis que está sendo regulamentado através de lei estadual.

Diante do exposto, é competência do Poder Legislativo a iniciativa para propor o presente projeto de lei, apresentando legalidade e técnica legislativa.

Assim, vislumbra-se a constitucionalidade do presente projeto,

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, vez que não encontra-se nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1995, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando a adiamento por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 118/09.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos amigos da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/09, de 08/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 151/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria o Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública também é designada pela sigla AABI-PPAR, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 151/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Paraná - AABIPAR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 034/09, de 14/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 158/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria o Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco - ISSAL, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O item 06 V. Exa. não colocou em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já retirei da pauta, nem considere o requerimento, já havia discutido essa questão de ordem.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1952, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Marcelo Rangel, Durval Amaral e Ribas Carli Filho, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente o requerimento, ele atende os pressupostos previstos no Regimento, e será bem respondido pela Secretária da Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1955, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Elio Rusch, Plauto Miró e Antonio Belinati, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Da mesma forma, encaminhamos favoravelmente o requerimento, inclusive ele vai esclarecer a toda a conduta absolutamente correta da APPA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2010, de autoria dos Deputados Plauto Miró, Elio Rusch, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi e Durval Amaral, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Há muito tempo estávamos discutindo, pedindo informações da COHAPAR em relação aos terrenos que os Municípios cederam para a COHAPAR. E recebemos a resposta, foram 305 áreas que foram doadas e não tiveram suas obras iniciadas. Agora, nos últimos dias, algumas obras iniciaram. Os Municípios retiraram os recursos do seu Tesouro para comprar a área, doaram para a COHAPAR com a finalidade da construção dessas casas. E as obras das casas não iniciaram.

O Presidente da COHAPAR tem declarado, e deixou público isso em relação à situação em que se encontra a COHAPAR, dizendo que quando ele assumiu a COHAPAR já havia acontecido a antecipação dos recebíveis. Queremos saber se isso houve ou não, e que seja esclarecido para esta Casa, porque o Líder do Governo defende o Governo, às vezes até indefensável, inclusive defende a própria COHAPAR. E, de repente, o Presidente da COHAPAR acusa seu antecessor que, por coincidência, é o Líder do Governo e que defende o Governo.

Queremos saber, através desse pedido de informações, quais foram os recursos que a COHAPAR recebeu desde janeiro de 2003 até abril deste ano.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou pedir para aprovarmos o requerimento.

Semana passada fiz um pronunciamento nesta Casa, na última quarta-feira, e fundamentei aquilo que entendo como essencial à política habitacional do Estado do Paraná.

Esse pedido de informações do Deputado Elio Rusch vai ser uma belíssima oportunidade para demonstrar o seguinte: primeiro que não houve antecipação de recebíveis, ao contrário, no período em que presidi a COHAPAR só aumentou a arrecadação em relação justamente aos recebíveis. Na verdade, a política habitacional que fizemos, aumentou a receita da COHAPAR e não diminuiu.

Penso que este requerimento, ao contrário do que V. Exa., como Líder da Oposição aqui vem insinuar, quero dizer que V. Exa. vai ter uma surpresa, porque vai ver que, diferente do que disse o colunista Celso Nascimento, na coluna passada, houve um acréscimo de receita V. Exa. vai ter que assumir um compromisso comigo de ir à tribuna e demonstrar, inclusive, que este ex-Presidente da COHAPAR aqui cresceu a receita mensal da COHAPAR e não subtraiu. Quero que V. Exa. assumo esse compromisso, mas eu encaminho, Sr. Presidente, pela aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está **aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 2018, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nós encaminhamos, também, Sr. Presidente, favoravelmente, porque, afinal de contas, a explicação é em relação a onde foi parar o dinheiro da ponte Guaíra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2019, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Também encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1926, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1958, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1960, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1962, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1967, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1969 a 1973, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1984 a 1989, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1990 e 1991, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1996 e 1997, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1999, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2000, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2001, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2002, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2009, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2014 e 2015, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2016, 2017 e 2022, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2020 e 2021, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Primeiramente, gostaria de ler a moção de protesto para que não paire nenhuma dúvida. Têm alguns Parlamentares aqui, como o Deputado Stephanes, que está fazendo dentro do que lhe permite, evidentemente, a democracia, um lobby contrário à aprovação desta moção de protesto. Gostaria de dizer o seguinte: não tem nada a ver com colônia árabe isto aqui. Eu sou neto de árabes por parte de mãe e pai. A minha avó materna é da família Suruge, é filha do fundador do Clube Sírio Libanês no Paraná, é irmã do Farit Suruge. Não tem nada a ver com árabes e com nenhum tipo de preconceito ou coisa parecida. O meu avô é Abraão, e também descendente de árabes.

Estou tratando aqui do Presidente do Irã, que é um País persa, e não contra o povo do Irã ou contra os iranianos que moram aqui. Muito pelo contrário, temos que mostrar que os iranianos que moram no Brasil e que a colônia árabe, que é uma colônia de gente trabalhadora, honesta, que ajudou a construir este País, não concorda com essas barbaridades que vêm sendo perpetradas pelo Presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad. E aqui eu digo na minha justificativa: moção de protesto ao totalitarismo de toda e qualquer forma, à discriminação racial e ao terrorismo. Quem votar contra essa moção vai dar margem para que as pessoas pressuponham que são favoráveis ao terrorismo, que são favoráveis à discriminação racial, que são favoráveis ao totalitarismo de qualquer forma.

Foi confirmada a vinda do Presidente do Irã. O Deputado Jocelito tinha lido o blog do Fábio Campana que havia sido cancelada a vinda do Ahmadinejad, que reconfirmou a vinda ao Brasil e estará aqui na quarta-feira. E digo aqui na minha justificativa, Deputado Pugliesi:

(Lê requerimento).

(Lê matéria da revista Veja):

Depois de Iron Maiden, Simply Red e A-Ha, chegou a hora de Mahmoud Ahmadinejad atormentar o Brasil. Este é um ano particularmente penoso para todos nós.

Mahmoud Ahmadinejad desembarca no começo de maio. Ele foi convidado por Lula. Uma semana atrás, num congresso da ONU, o Presidente iraniano acusou Israel de racismo. Dois dias mais tarde, voltou ao assunto, acusando Israel de praticar limpeza étnica e o assassinato em massa dos palestinos. Ele já anunciou qual é a sua proposta: eliminar Israel da face da Terra.

No congresso da ONU, em protesto contra o discurso de Mahmoud Ahmadinejad, os representantes europeus abandonaram a sala. Quem continuou lá? Os representantes brasileiros, enviados por Lula. No total, mais de trinta apaniguados do PT e ongueiros, do Ministro Edson Santos ao pai de santo mangueirense Ivanir dos Santos. Quanto Mahmoud Ahmadinejad chegar ao Brasil, podemos imitar os representantes europeus e abandonar o país por alguns dias. Ele deseja ir à FIESP? A FIESP estará fechada. Ele pretende conhecer a praia de Copacabana? Copacabana estará deserta. Para recepcioná-lo, ele encontrará somente os apaniguados do PT e os ongueiros.

Se é para abandonar o País por alguns dias, nenhum lugar é melhor do que a Argentina.

Em 1994, terroristas dinamitaram o prédio de um centro israelitas em Buenos Aires. Foram assassinadas 85 pessoas. O relatório do Ministério Público argentino acusou as autoridades diplomáticas iranianas de montar uma rede de espionagem no País, que coordenou o atentado praticado por terroristas do Hezbollah. Os organizadores do atentado se refugiaram em território iraniano. A Interpol emitiu uma ordem de captura contra oito deles, mas Mahmoud Ahmadinejad e seu bando se recusaram a entregá-los. Atualmente, dois desses foragidos trabalham como assessores do guia supremo, o aiatolá Ali Khamenei. A Argentina rejeita qualquer contato direto com o Presidente iraniano, que protege os terroristas. É para lá que temos de ir.

Na última semana, o Itamaraty prometeu condenar publicamente as ideias negacionistas de Mahmoud Ahmadinejad durante sua passagem pelo Brasil. Lula poderia ganhar coragem e condenar também o programa nuclear iraniano. Mas ocorre o contrário: ele apoia o programa nuclear iraniano. O mesmo programa nuclear que associado às ideias negacionistas de Mahmoud Ahmadinejad, torna especialmente alarmante sua promessa de eliminar Israel da face da Terra. Assim sendo, Lula poderia ao menos condenar algumas das práticas mais repelentes do Estado iraniano: o apedrejamento de mulheres, os abusos contra as minorias religiosas, o assassinato de homossexuais, o encarceramento de políticos, a censura à imprensa. O que Lula fará quando se encontrar com Mahmoud Ahmadinejad? Simples: ele ficará sentado, calado, como um pai de santo mangueirense num congresso da ONU.

Então, além de tudo farão aqui uma ofensa não apenas ao árabes que não querem violência, que querem a paz, que não querem o terrorismo, mas também uma ofensa à colônia israelitas, já que o Mahmoud Ahmadinejad negou a existência do holocausto e prega práticas nazistas, e uma ofensa também aos nossos argentinos, nossos vizinhos, que foram vítimas de uma atentado terrorista patrocinado por este Chefe de Estado.

Peço a aprovação dessa moção, em nome da liberdade, da democracia. Estamos na era do Barack Obama. O mundo elegeu um Presidente negro nos Estados Unidos, dando uma demonstração da vitalidade, da democracia. Não podemos mais admitir o atraso. Não podemos mais ser reacionários, antidemocráticos e agir com violência contra aqueles que respeitam o estado de direito.

Muito obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como é bonito um discurso, que maravilha. Eu ia votar contra e vou votar contra, mas agora vou justificar o meu voto: quem votar contra é a favor da tortura? Eu quero dizer que não é verdade. Eu voto contra. E se o Presidente do Irã vai ser recebido pelo nosso Presidente aqui no Brasil, por que fazer moção de protesto? E sem contar que lá em Foz do Iguaçu temos uma colônia árabe, que é umas das maiores do Brasil, temos uma boa convivência, e não acho interessante eu votar a favor deste protesto. Mas, quero dizer que é tão pitoresco, aqui, que esta Casa deu um título de Cidadão Honorário para o Severino, o ex-Deputado Severino. Então, vejo agora esta moção de protesto e não me assusto com isso, mas voto contra veementemente, principalmente pelo discurso que ouvi agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero deixar claro a V. Exas. que quando o requerimento veio como voto de repúdio, eu não iria nem colocá-lo em votação. Já tinha dito que ele iria à Comissão Executiva, não caberia a esta Casa entrar com voto de repúdio a quem quer que seja, como nunca votamos voto de repúdio a quem quer que seja. Como o proponente alterou a palavra repúdio por protesto, aí cabe o voto de protesto, perfeitamente. Por essa razão estamos colocando o requerimento, que é perfeitamente regimental, em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSDB)

V. Exa. economiza até o meu encaminhamento. Eu temo, não o que o Deputado proponente esclareceu aqui, mas pelo que sairá desta Casa.

Temos hoje, no Paraná, várias colônias, temos, de repente, efeitos legais ou até mesmo políticos, não se tenha nenhum, porque provavelmente o Itamaraty, mesmo recebendo, sei lá se vai encaminhar ou não, mas

de repente saia amanhã no Jornal do Paraná, e como o Deputado Dobrandino falou: temos não só em Foz o Iguaçu, mas várias outras, que não estão sendo agredidas por essa proposição, mas pode soar como uma agressão.

Entendo que o Deputado Ney Leprevost é uma pessoa culta e sei o objetivo que ele quer atingir com esse requerimento. Mas é muito cauteloso aprovarmos um requerimento dessa natureza. Por isso encaminho para votarmos não. Não à atitude do Deputado Ney Leprevost de repudiar algumas ações, não só bélicas, mas também de terrorismo. Mas não a de, de repente, colocar esta Casa em uma situação delicada perante algumas populações.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas esclarecer que esta Casa aprovou um título de Cidadão Honorário para o Sr. Severino Nunes, Presidente Estadual do PSB.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Ney Leprevost. Quando ele afirma: “Quem votar contra esse requerimento está tomando uma posição em favor do terrorismo, do totalitarismo e da democracia”, nada disso! Olhe só um trecho, aqui, Deputado Ney Leprevost, como é o caso deste Parlamentar, que V.Exa. afirma: “Contra todas as atividades belicistas e totalitárias mesmo.”

V. Exa. falou do Presidente Obama. Os Estados Unidos já invadiram quantas vezes o Iraque, o Afeganistão, o Irã? Quantas mulheres foram assassinadas por esses que se dizem democratas, aí pelo mundo afora e que conseguem aqui repercussão nas suas atividades? Nada mais do que criminoso é esse comportamento, por exemplo, dos Estados Unidos. Outro dia mesmo, todos os jornais noticiaram um casamento de nômades no deserto. Os americanos chegaram lá e dizimaram todos, mataram o noivo, a noiva, os familiares. Isso não é uma atitude belicista!

Defendi, aqui, quando ninguém queria defender o Rabino Sobel, que tinha sido acusado de ter furtado algumas gravatas lá nos Estados Unidos. Não sou antisemita, nem nada. Sou alguém que propugna há muitos anos pelo estabelecimento de um Estado judeu e outro palestino, por exemplo. Mas o judeus mesmos, o semitismo, o sionismo, estão ameaçando de invasão o Irã, juntamente com os Estados Unidos, para destruir as instalações onde eles trabalham os átomos.

Sr. Presidente, esse requerimento do Deputado Ney Leprevost, no meu entendimento, tem um endereço certo. É um ataque ao índio Evo Morales, ao líder venezuelano

Hugo Chávez e um ataque a todos nós, que nos colocamos contra esses que dominam o mundo. Eu tinha muitas esperanças que o Presidente Obama, não só retirasse as tropas do Iraque, mas que fizesse também a retirada das tropas americanos do Afeganistão. Não! está anunciando que vai colocar não sei quantos mil soldados, lá no Afeganistão. Um povo pobre, onde não se tem PIB nenhum, o desemprego campeia e a Educação não chega, mas os terroristas de Estado, comandados pelos Estados Unidos, estão em todos os cantos.

Como Líder da Bancada do PMDB, encaminho no sentido de votarmos NÃO a esse requerimento. Inclusive, o líder iraniano estará vindo aqui para o Brasil, para discutir com o Presidente Lula, com o Governo Brasileiro, questões que interessam ao povo iraniano e ao povo brasileiro, no sentido de aumentarmos os nossos relacionamentos. É uma questão muito particular.

O Pirandello dizia o seguinte: “Assim é, se assim lhe parece.” Não vejo nada de mais na vinda do Ahmadinejad, líder iraniano para cá. V. Exa., com a sua visão, acha que é um cataclisma. Encaminho, como já falei, no sentido de votarmos contra a aprovação desse requerimento do Deputado Ney Leprevost.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente Nelson Justus, aqui é uma Casa democrática. Seria até uma estupidez querermos aqui condenar o colega Ney Leprevost, por uma manifestação soberana e tem todo respaldo dentro da sua atividade parlamentar.

Ele aqui tem todo o direito de elogiar a visita do Presidente do Irã, de discordar, de querer repudiar. No entanto, nobre colega Ney Leprevost, com sua jovialidade, sua inteligência, acho que V. Exa. já atingiu o objetivo. Já expressou aqui que V. Exa. não vê com simpatia a visita do Presidente do Irã ao Brasil.

Entretanto, dentro daquilo que é a democracia, em que a maioria vence a minoria, está explícito que o requerimento não será aprovado. V. Exa. já marcou a oposição.

O apelo que faço, nobre Presidente, ao Deputado Ney Leprevost, é que ele retire o requerimento, dê como lido. Já atingiu aquilo que ele pretendeu. Creio que a votação aqui será um massacre para rejeitar o requerimento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. não pode mais encaminhar, a não ser que queira retirar o requerimento.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pelo contrário. Gostaria de dizer que mesmo tendo consciência de que provavelmente serei derrotado, não me importo. Quero marcar essa posição e gostaria de pedir votação nominal no painel eletrônico.

O SR. CHICO NOROESTE (PR) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de me reportar aqui ao Deputado Ney Leprevost, Deputado combativo, atuante aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Mas, convenhamos, temos Deputados de todas as Cidades do Estado do Paraná, Deputados que defendem os mais diversos segmentos, inclusive em classes. E lá em Foz do Iguaçu, temos aproximadamente 15 mil árabes. Um povo que foi para lá e que muito tem contribuído com a tríplice fronteira. Principalmente com o Brasil, o Paraguai, com o seu desenvolvimento e certamente com o seu crescimento. E não tenho nenhuma dúvida com a geração de emprego e renda para a nossa população da tríplice fronteira.

No que pese o Deputado Ney Leprevost ser nosso amigo, mas tenho certeza absoluta de que o Presidente do Irã não virá para o Brasil fazer nenhum terrorismo. Penso que ele vem numa missão oficial. Acho que não devemos dificultar, não devemos obstruir uma vinda oficial de um Presidente. Acho que todas as pessoas que queiram vir para o nosso País, estão contribuindo inclusive com o fortalecimento do nosso turista no que diz respeito a esse segmento que tanto gera emprego.

Acho que ele deve vir para o Brasil, ser bem recebido, ser bem atendido, para que quando ele chegar lá no Irã possa falar bem do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas um esclarecimento: eu não estou fazendo aqui uma moção de protesto à vinda - e em momento algum foi falado nisto - a vinda do Presidente do Irã ao Brasil...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado, V. Exa. já encaminhou. Eu não posso permitir mais que V. Exa. encaminhe. Nem o Deputado Romanelli pode encaminhar mais, porque já encaminhamos, não sei a postura de V. Exa., se é a favor ou contra? A favor do requerimento?

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Para Encaminhar**)

Eu encaminho, Sr. Presidente, para fazer um esclarecimento a favor e também fazer um esclarecimento à súmula, que é necessário que faça-se a leitura da súmula, com posições contrárias ou favoráveis - que a moção de protesto é ao totalitarismo, toda e qualquer forma de discriminação racial e ao terrorismo, não à vinda, a ida ou qualquer coisa que se refira ao Presidente Mahmoud Ahmadinejad.

Então, a moção, a súmula requer moção de protesto ao totalitarismo de toda e qualquer forma à discriminação racial e ao terrorismo pura e simplesmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para orientar a nossa bancada que aqui não tem posição da Liderança do Governo. Cada Parlamentar vota com a sua consciência. Eu já fiz a minha intervenção quando o Deputado Ney Leprevost falou sobre o tema. Acho que moção de protesto é aceita para poder ser discutida aqui na Casa. É isto que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aliás, agradeço a V. Exa., porque se não houvesse havido a modificação do termo, não teríamos este debate, e o requerimento não seria nem votado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E ao mesmo tempo só quero concluir dizendo o seguinte: que os posicionamentos do líder iraniano, que não é árabe, é persa, são controversos, de fato. Agora, a bancada está liberada para votar como cada um aqui, com sua consciência, desejar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Acho que não tem 28 Deputados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bom, isso só vamos saber quando votarmos. Não podemos saber sem votar, se não aparecer no painel.

Em votação, Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Ney Leprevost votam com a expressão SIM. Deputados contrários com a expressão NÃO.

Vai se proceder à apuração.

Quinze NÃO; dois SIM.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.;

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 225/08 e 150/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 077, 151 e 158/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 519/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1078

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Ivaiporã, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Ivaiporã.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Ivaiporã e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1079

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Goioxim, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Goioxim.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Goioxim e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1080

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Quedas do Iguaçu, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Quedas do Iguaçu.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Quedas do Iguaçu e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1081

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Anahy, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Anahy.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Anahy e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1082

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Lindoeste, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Lindoeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Lindoeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1083

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do Município de Fênix.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial de atendimento das necessidades de ônibus escolar do Município de Fênix.

II - Requer-se que esta Secretaria destina 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da emenda do Município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do Município de Região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1084

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do Município de Quinta do Sol.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial de atendimento das necessidades de ônibus escolar do Município de Quinta do Sol.

II - Requer-se que esta Secretaria destina 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do Município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do Município de Região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1085

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do Município de Campina da Lagoa.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial de atendimento das necessidades de ônibus escolar do Município de Campina da Lagoa.

II - Requer-se que esta Secretaria destina 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do Município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do Município de Região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1097

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Diamante do Sul, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Diamante do Sul.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Diamante do Sul e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1099

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Itapejara D'Oeste, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Itapejara D'Oeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Itapejara D'Oeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1100

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de São João, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de São João.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de São João e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1101

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Porto Barreiro, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Porto Barreiro.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Porto Barreiro e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1102

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Nova Laranjeiras, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Nova Laranjeiras.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Nova Laranjeiras e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1103

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de São Bento, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de São Bento.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de São Bento e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1105

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância para o Município de Quitandinha/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Paraná e ao Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (uma) ambulância para o Município de Quitandinha/PR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Brasileira de 1988 garante à todos os cidadãos o direito à saúde como premissa básica no exercício da cidadania do ser humano, constituindo-se de extrema relevância para a sociedade, pois a saúde diz respeito à qualidade de vida, escopo de todo cidadão, no exercício de seus direitos. Além disso, o direito à vida e a saúde dentre outros, aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da sociedade.

A saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e de outros agravos, regendo-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam.

Assim, sugerimos a doação de uma ambulância para o Município de Quitandinha, com a finalidade de proporcionar o acesso à saúde pela população deste Município, o que, certamente, em muito contribuirá para com a saúde dos munícipes desta região.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1106

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Realeza, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Realeza.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Realeza e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1107

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Bela Vista da Caroba, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Bela Vista da Caroba.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Bela Vista da Caroba e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1108

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Santo Antonio do Sudoeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1109

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Capanema, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Capanema.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Capanema e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1110

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Verê, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Verê.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Verê e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública Municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1116

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Viação Mourãoense a ampliação do número de veículos e horários para o atendimento aos usuários da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR no Município de Campo Mourão.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se esta respeitável empresa envie esforços para o atendimento da necessidade de um maior número de veículos e horários à disposição dos usuários da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, no Município de Campo Mourão.

II - O nobre Vereador Edson Silva de Lima nos encaminhou o ofício pedindo nosso empenho na sensibilização da Diretoria desta empresa ao atendimento desta necessidade.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa dar o atendimento em virtude do processo de crescimento e ampliação pela qual a Universidade passou e vem passando. Ainda pondera que o crescente número de estudantes requer medidas de ampliação da rede de atendimento com vistas a proporcionar maior segurança e conforto, e que estas medidas beneficiarão a todos os moradores daquela municipalidade e Região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

Comissão Executiva**Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 485/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2397, datado de 11/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada na AEXPPAR - FEPPA, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária nos termos da Emenda Constitucional nº 041, de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 489/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2909, datado de 13/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte dos proventos de inatividade de AREODIVA MANN DE SOUZA, matrícula nº 234, funcionária aposentada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, conforme Laudo Médico de nº 014/09, expedido por junta médica desta Casa, na forma do artigo 39 e inciso XXXIII do Decreto Federal nº 3000/99, do parágrafo 1º, do artigo 30, da Lei Federal nº 9250/95, e de acordo com o artigo 5º da Instrução Normativa 015/01 da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 493/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3037, datado de 19/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte dos proventos de inatividade de FRANCISCO BUBNIAK, matrícula nº 367, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, conforme Laudo Médico de nº 013/09, expedido por junta médica desta Casa, na forma do artigo 39 e inciso XXXIII do Decreto Federal nº 3000/99, do parágrafo 1º, do artigo 30, da Lei Federal nº 9250/95, e de acordo com o artigo 5º da Instrução Normativa 015/01 da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 659/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4037, datado de 31/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte dos proventos de AIRTON RAVAGLIO CORDEIRO, matrícula nº 50003, ex-Parlamentar desta Assembleia Legislativa, conforme Laudo Médico de nº 017/09, expedido por junta médica desta Casa, na forma do artigo 39 e inciso XXXIII do Decreto Federal nº 3000/99, do parágrafo 1º, do artigo 30, da Lei Federal nº 9250/95, e de acordo com o artigo 5º da Instrução Normativa 015/01 da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 660/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4361, datado de 06/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARISA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula nº 40621, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Almoxarife, nível NTC-02, com lotação na Coordenadoria do Almoxarifado, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não

haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 720/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4011, datado de 30/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à JOYNE MERY SCHUHLLI, matrícula nº 40471, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-01, com lotação na Coordenadoria de Serviço Odontológico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 781/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4357, datado de 06/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à ILSE LONGO, matrícula nº 41026, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível NAA-01, com lotação no Setor de Arquivo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 782/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4621, datado de 08/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à JUZELE CASSIA BITTENCOURT, matrícula nº 40841, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-01, com lotação na Diretoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 800/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 601, datado de 26/01/09, deste Poder,

R E S O L V E :

complementar o Ato da Comissão Executiva nº 330/09, publicado no Diário da Assembleia nº 02, de 18/03/09, referente à isenção de desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte de LEONOR FIORI HILGERT, no sentido de informar que o início da doença se deu a partir do mês de maio de 2000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portarias*****PORTARIA Nº 090/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4357, datado de 06/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ILSE LONGO, matrícula nº 41026, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível NAA-01, com lotação no Setor de Arquivo, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 096/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Abril/09

501 - NELSON AUGUSTO DE ARAUJO
618 - SANDRA MARA FERREIRA DE SOUZA
619 - MARGARETE SIKORA

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 097/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Abril/09

40024 - DANUTA SABAI
40107 - OVIDIO LACERDA FERREIRA
40229 - TOTILA GLITZ
40231 - JOCELI PIATROWSKI
40273 - LUIZ COELHO QUEIROZ
40287 - ROSANGELA MARIA VARGAS KUENZER
40497 - MARIA JUSSARA PIATKOWSKI COLIN
40503 - ISABEL STEIN MIGUEL
40505 - STELA ALVA COSTA PORTELA
40679 - CLEIDE SOUZA OLIVEIRA
40688 - SERGIO AMARAL GRADOWSKI
40698 - GELSOM JAQUES BREDA
40845 - ADIR JOÃO BENATO
40920 - ANGELINA KIERDEL
40944 - CECILIA NASSIFF
41041 - AMAURI REINERT TIZZOT

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 098/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5288, datado de 27/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar à disposição funcional do servidor JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 40784, ao Governo do Estado do Paraná, para permanecer prestando serviços junto à Secretaria do Estado dos Transportes - Gabinete da Superintendência - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, até 31/12/09, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 099/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5068, datado de 22/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do IPEM - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, a funcionária deste Poder Legislativo, RAFAELA PIEKARKI HOEBEL LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 2460, para prestar serviços de assessoramento junto à Presidência, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 101/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5566, datado de 29/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24/03/09, com término em 21/07/09, CID. 10 F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 102/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5565, datado de 29/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, de 90 (noventa) dias, a partir de 08/04/09, com término em 07/07/09, CID. 10 L4-L5 e L5-S1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral